

AD VERS

Jornal da Adufrgs nº121

IMPRESSO ESPECIAL
CONTRATO N° 0334/01
ECT / DR / RS
ADUFRGS
ACF CIDADE BAIXA



EDUCAÇÃO PÚBLICA

Muitas propostas e poucas verbas

Ao que indicam os discursos em Brasília, a educação é a bola da vez do governo Lula. A ponto de o ministro José Dirceu falar em uma "reforma universitária" e Luiz Gushiken tratar a educação como a "marca" do governo Lula. Um aceno nesse sentido é a reunião histórica entre a Andifes e o presidente Lula, dia 5 de agosto em Brasília. Outro, a proposta do Sinaes, feita pela Comissão Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Conae) e que pode entrar em vigor no próximo ano. Além disso, recentemente, um seminário discutiu na Capital Federal as

necessidades e possibilidades de se reformar a universidade. Na prática, no entanto, o orçamento está mais curto para 2004 e o concurso para professores sequer suprirá as vagas geradas pela Reforma da Previdência. Nesse quadro, só com um passe de mágica se viabilizam as mudanças prometidas. Sobre esses e outros assuntos, o Adverso ouviu a presidente da Andifes, Wrana Panizzi, e o presidente da Andes, Luiz Carlos Lucas. Eles avaliam as possibilidades de ampliação do sistema público e apontam as ameaças que ainda rondam a educação superior.

Francisca Braga

Nove meses de política educacional

Aos nove meses, já se pode esboçar uma avaliação das políticas educacionais do novo governo. E onde está o novo? Não na promessa de erradicação do analfabetismo, como nos lembra Carmem Craidy. Tampouco no discurso do Ministro da Educação, comentado por Paolo Livotto, de que é preciso refundar a universidade.

Há acenos de mudança. O sistema de avaliação da Educação Superior proposto pela comissão

declara em audiência pública que o provável poderá ser mantido.

O grande nó é o do investimento na educação pública. O Presidente da República recebe os reitores, mas não se compromete com a reposição de vagas e recuperação das condições de financiamento das universidades federais. O MEC recua na implantação do criticado Exame de Certificação, mas não garante a formação continuada dos professores da educação básica.

Desiste da lamentável bolsa creche, mas não aporta recursos para a educação infantil.

Enquanto o setor público é cerceado pela política de redução de gastos, o setor privado se mobiliza para conquistar, num quadro de crescente inadimplência dos alunos, maior acesso aos recursos estatais. Além das bolsas para alunos, pressiona para obter verbas de pesquisa. Articula uma Frente Parlamentar onde o compromisso estatal com a educação pública fica diluído numa genérica Defesa da Educação.

O governo prepara uma Conferência Nacional de Educação para novembro que deverá rediscutir não só a composição e as atribuições do Conselho Nacional de Educação, mas a construção mesma do Sistema Nacional de Educação. Ainda não se sabe que peso terão, na Conferência, o setor público e o setor privado. Mas a intenção anunciada de um "pacto nacional pela educação" sugere que a defesa da educação pública será, mais uma vez, tarefa dos estudantes, dos servidores técnico-administrativos e dos professores.

de especialistas quer substituir o antigo, centrado no provável e destinado a legitimar a precariedade através da classificação das instituições. O ministro afirma seu compromisso com o respeito aos processos eleitorais internos às universidades. Mas as mudanças não se efetivam. O projeto de lei sobre escolha de reitores não chega ao Congresso. O Ministro

OBSERVATÓRIO

Ufrgs campeã no futebol de robôs

O Instituto de Informática da Ufrgs está comemorando o título de campeão latino-americano de futebol de robôs. O Robopet foi campeão invicto na "Second Latin American IEEE Student Robotics Competition", que aconteceu em Bauru (SP), dias 13 e 14 de setembro. Participaram da "Libertadores da América" do Futebol de Robôs 26 times competindo em quatro categorias, de diversos países latino-americanos (Brasil, Chile, Argentina e México), adotando as mesmas regras dos campeonatos mundiais. O Robopet competiu na categoria "RoboCup", a maior de todas (em número e tamanho de robôs), que contou com cinco times brigando pelo título. Nessa categoria, haviam times de renomadas universidades brasileiras e estrangeiras, como USP, Unesp, Furg e Universidad del Chile. O professor Francisco José Prates Alegretti parabeniza os companheiros da equipe Anderson Ferrugem, Eduardo W. Basso, Kleber Trindade Rigon, Rafael Halmann e Tércio Oliveira de Almeida.

UNB qualifica ex-detentos

Um projeto inédito de ressocialização de ex-presidiários vem sendo aplicado pela Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (Finatec), da Universidade de Brasília. O projeto Reciclando Papéis e Vidas vai abrir espaço para os egressos e seus familiares no mercado da fabricação de papel reciclado, bem como de restauração, conservação e encadernação de documentos. O Banco Central também integra o programa, com a doação de cédulas deterioradas para serem transformados em outros produtos, como agendas, livros e cadernos. O objetivo é diminuir os casos de reincidência de egresso – pessoas que já cumpriram pena, oferecendo formação profissional especializada. O Serviço Brasileiro de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (Sebrae) também participa do programa com um curso de empreendedorismo, que será ministrado depois que os egressos se profissionalizarem. A idéia é tornar o projeto auto-sustentável, com a comercialização dos produtos.

Fabricia Osanai



Perseu Abramo lança FSM em livro

A Editora Fundação Perseu Abramo lançou, na chamada "Primavera dos Livros de São Paulo" (que acontece de 19 a 21 de setembro), o livro "Fórum Social Mundial: a História de Uma Invenção Política", do jornalista e professor José Corrêa Leite, um dos organizadores dos fóruns realizados em Porto Alegre. A obra traz a trajetória do movimento global por justiça e igualdade social desde as primeiras manifestações em Seattle até o último FSM. A publicação tem 176 páginas e custa R\$ 22,00.

CNBB e MST contra a Alca

Entidades que participam da campanha nacional contra a Área de Livre Comércio das Américas (Alca) organizaram no dia 16 de setembro uma romaria pelos três Poderes a favor da realização de um plebiscito para decidir se o governo brasileiro deve continuar ou abandonar essas negociações. Liderada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Central Única dos Trabalhadores (CUT) e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o grupo percorreu os gabinetes com um abaixo-assinado em apoio à consulta popular, com um total de 2 milhões de assinaturas. Do lado de fora dos edifícios públicos, num caminhão de som, manifestantes gritavam palavras de ordem contra a Alca. A campanha nacional contra a Alca faz parte de uma iniciativa maior, a Campanha Jubileu Sul/Brasil, que também defende a realização de uma auditoria pública sobre a dívida externa e com a participação de entidades da sociedade civil. Essa entidade pretende obter ainda a retirada completa da tramitação do acordo de salvaguardas firmado entre o Brasil e os Estados Unidos sobre o uso da Base de Alcântara (MA).

Encontro com senadores

Durante encontro com servidores públicos em Porto Alegre, no dia 12 de setembro, os senadores gaúchos Pedro Simon (PMDB), Paulo Paim (PT) e Sérgio Zambiasi (PTB) assumiram o compromisso de melhorar a proposta de Reforma da Previdência que tramita no Senado. Na ocasião, os senadores receberam um documento elaborado por vários sindicatos contendo uma pauta de reivindicações e propostas de mudança na PEC. Para a presidente da Adufrgs, Maria Aparecida Castro Livi, a disposição dos senadores representa uma esperança de que ainda se consiga melhorar o texto da reforma e diminuir o impacto negativo sobre o funcionalismo público.

Diretoria

Presidente: Maria Aparecida Castro Livi
1º vice-presidente: Eduardo Rolim de Oliveira
2º vice-presidente: Carlos Alberto Gonçalves
1ª secretária: Daniela Marzola Fialho
2ª secretária: Laura Verrastro Viñas
1º tesoureiro: Alejandro Borche Casalás
2º tesoureiro: Valério De Patta Pillar
1ª suplente: Elisabete Zardo Búrigo
2ª suplente: Nádia Pesce da Silveira

ADUFGRGS
ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UFRGS

Seção Sindical da ANDES-SN
Rua Otávio Corrêa, 45 Porto Alegre/RS
CEP: 90050-120 Fone/Fax: (051) 3228.1188
E-mail: adufrgs@portoweb.com.br
Home Page: <http://www.adufrgs.org.br>

Seminário discute propostas para reforma universitária

Nos dias 6 e 7 de agosto foi realizado em Brasília, organizado pelo Ministério da Educação e das Comissões de Educação da Câmara de Deputados e Senado Federal, o seminário Universidade : Por que e como reformar? Ironicamente, o seminário previsto para se realizar no Auditório Teotônio Vilela do Senado Federal teve que ser transferido, devido à mobilização do funcionalismo público pela votação em primeiro turno da Reforma da Previdência na Câmara de Deputados nestes mesmos dias, para as dependências do Clube do Exército. Seu objetivo foi definido como "estabelecer um diálogo, tanto com os ministérios afins quanto com o Poder Legislativo, com o objetivo de construir, junto com os setores organizados da sociedade civil, uma universidade a altura de seus desafios" para discutir a superação" do modelo que organiza a universidade e dá sinais evidentes de esgotamento. A própria instituição parece sofrer os abalos de uma transição que se quer paradigmática, simultaneamente teórica e social.

O evento foi iniciado com uma apresentação do ministro da Educação, Cristovam Buarque. Cristovam defende que a instituição universitária passa por uma grave crise que ameaça, até mesmo, sua própria existência milenar pela sua perda de sintonia com os mecanismos sociais de geração do conhecimento do século XXI. Esta perda de sintonia seria evidenciada pela sua perda de eficiência epistemológica no avanço do conhecimento, pela sua perda de abrangência na comunicação de massas na disseminação do conhecimento, na diminuição da eficiência do diploma como instrumento de promoção social, na perda do papel de construtora de utopias para os excluídos e sua não-incorporação ao processo de globalização. Esta crise indicaria a necessidade de uma refundação da instituição universitária, onde a universidade latino-americana teria potencialmente um papel importante pelo seu amadurecimento institucional e inserção em problemas relevantes da sociedade mundializada.

A discussão de propostas para esta reforma universitária foi estruturada em quatro mesas-tema (Sociedade, Universidade e Estado: autonomia, dependência e compromisso social; Universidade e Desenvolvimento: globalização e projeto nacional; Universidade e Valores Republicanos: conhecimento para a emancipação, igualdade de condições e inclusão social; Universidade XXI, resgate do futuro, estrutura e ordenação do sistema: a tensão entre o público e o privado) seguidas de debates com representantes de organizações da sociedade civil.

A proposta de uma reforma universitária para o Brasil como resposta a uma crise da instituição universitária esquece que, na última década, foi realizada a reforma neoliberal da universidade brasileira. O sistema universitário brasileiro, que já era constituído por um sistema misto, passou por um período de forte estímulo no ensino superior privado. Este estímulo incluiu linhas de créditos especiais, permissividade regulatória, aceitação de investimentos com caráter exclusivamente empresarial e aumento do financiamento público aos estudantes nas instituições privadas. Simultaneamente as instituições públicas passaram por um período de fragilização institucional, centrado na redução de verbas das instituições de ensino e agências de financiamento a pesquisa, arrocho salarial sobre os servidores públicos, redução de quadros e a introdução de um novo paradigma no trabalho universitário, que já foi definido como capitalismo acadêmico. Atualmente o sistema de ensino superior

brasileiro é um dos que apresenta maior participação do setor privado no mundo (75% das matrículas - embora nem tanto nos graduados).

Para os representantes do ensino privado, a reforma universitária tem o sentido de institucionalizar e aprofundar a reforma da década de 90. Cientes do papel preponderante que assumiram no sistema colocam, cada vez com mais determinação, suas reivindicações. Defendem a sua visão de autonomia universitária, que associam ao fim do que chamam de "rígido controle cartorial sobre o ensino particular" que impede o seu autoproclamado objetivo de instituir um sistema de ensino superior particular que funcione sob o regime do mercado. Querem a diminuição do controle da criação de cursos e instituições, fim da regulação estatal na relação com seus alunos-clientes, dissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão nas Universidades, enfim uma ampla desregulamentação do sistema de ensino superior.

A intervenção do Estado é solicitada no financiamento do sistema diante dos altos níveis de inadimplência e ociosidade de vagas (atingindo aproximadamente 60% das vagas). Defendem a ampliação do acesso ao sistema de ensino superior, principalmente para as classes C e D (a classificação de mercado não é mera coincidência), "favorecendo as classes excluídas do Ensino Público". Para isto solicitam a instituição de um sistema de crédito educativo amplo, que além do programa existente fosse suplementado pela possibilidade de liberação do FGTS para aplicação pelos alunos no custeio de matrículas no ensino superior, participação das instituições privadas no Fundo de Infra-estrutura dos Fundos Setoriais e até mesmo a criação de um fundo resultante de um novo imposto sobre aplicações financeiras.

Esboço de uma contra-reforma

Em contraposição diversos representantes do sistema público buscaram esboçar os parâmetros de uma contra-reforma, como síntese possível dentro do atual quadro do sistema. O primeiro passo é a reafirmação de que o sistema de ensino superior brasileiro deve ser o instrumento de viabilização do direito do cidadão ao acesso ao ensino superior, sendo constituído por instituições públicas, de caráter estatal ou privado, e não por organizações sociais que oferecem serviços educacionais ao mercado. Neste sentido a capacidade de regulação democrática do sistema dever ser plenamente exercida pelo Estado, delimitando a desregulamentação de fato implantada no sistema. A regulação estatal passa, no entender de diversos debatedores, pela elaboração de um Estatuto das Universidades que regulamente a autonomia universitária definida no artigo 207 da constituição brasileira. Uma inserção mais qualificada do sistema de ensino superior na sociedade brasileira deve ser buscada com uma clara definição dos papéis dos seus níveis hierárquicos e de sua articulação com o sistema de ciência e tecnologia visando à sustentação de um projeto nacional.

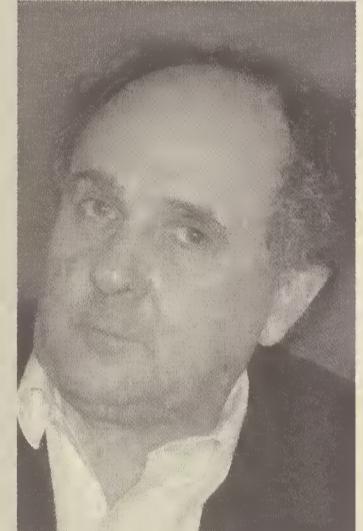
O ministro da Casa Civil Jose Dirceu declarou recentemente que a Reforma Universitária será uma das prioridades do atual governo. A sociedade brasileira ainda encontra-se sob a forte influência da ideologia neoliberal, em especial no que se refere ao ensino superior. Resta saber qual a possibilidade real de uma contra-reforma ser realizada sem uma participação ativa da comunidade universitária das instituições públicas descontentes com a reforma da Previdência, a manutenção de políticas de restrição orçamentária e de contratação de pessoal.

As polêmicas propostas para o sistema universitário brasileiro do ministro Cristovam Buarque

Fabricia Osanai

Regularização de transferências

A transferência de alunos entre as universidades deve ser facilitada visando proporcionar maior intercâmbio acadêmico.



Ampliação de vagas

A universidade brasileira terá que, ao longo dos próximos dez anos, dobrar o número de alunos.

Cotas para grupos étnicos e escolas públicas

A universidade deve contribuir na democratização étnica e de origem social da elite da sociedade brasileira através de um sistema de cotas para negros e estudantes oriundos do ensino médio público.

Criação de novas fontes de recursos

O Brasil não pode abrir mão do compromisso com a gratuidade do ensino em todos os níveis, inclusive o superior. A universidade brasileira deve dispor de fontes de financiamento que lhes assegurem um funcionamento sem crises e solidamente baseado na democracia, na eficiência, na ética, tanto em relação à fonte quanto ao uso desses recursos. Todas as fontes devem ser consideradas, tanto as de origem pública quanto à privada; tanto as oriundas dos recursos gerais do tesouro quanto às contribuições especificamente vinculadas; tanto os fundos especiais como os de vinculação permanente, iguais aos que hoje financiam as universidades estaduais de São Paulo.

Avaliação de todas instituições

Formulação de um novo sistema de avaliação com o objetivo de identificar as qualidades e pontos fracos das universidades, a fim de capacitar-las a desempenhar seu papel social.

Liberdade planejada

O Estado não deve limitar o número de entidades que se proponham a oferecer serviços educacionais, mas estas devem se submeter à regulamentação pública e avaliação periódica.

Universidades livres

Além das universidades regulares, o governo deve incentivar a criação de universidades livres, cujos diplomas não são reconhecidos pelo Estado.

UNIVERSIDADES

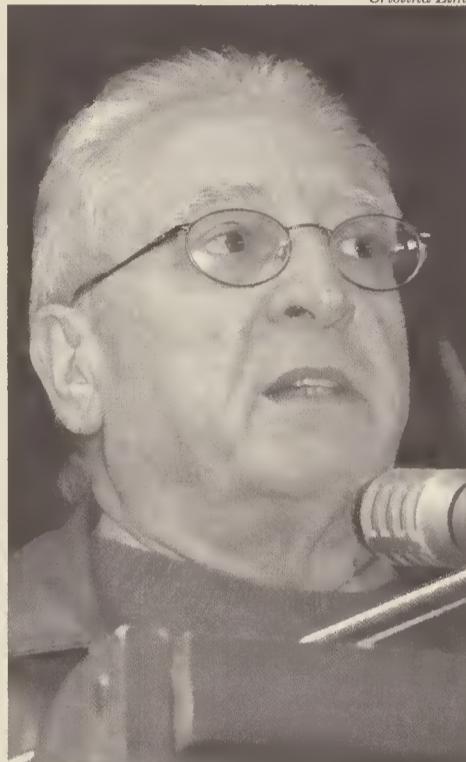
Sinaes vai cobrar mais responsabilidade social

Para que uma instituição de ensino comece a funcionar ela deverá mostrar que é importante socialmente. Se não tiver um impacto social e visar só o lucro ela não se justifica e portanto não deveria existir". A frase é do presidente da Comissão Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Conaes), José Dias Sobrinho, que apresentou dia 12 de setembro, na Faculdade Federal de Ciências Médicas de Porto Alegre, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). Citando o escritor argentino Julio Cortázar, Sobrinho fez questão de salientar que o Sinaes não é uma fórmula pronta, mas um "modelo para armar", título de um dos livros do autor de *O Jogo da Amarelinha*. O relatório da comissão que criou o Sistema de Avaliação, que deve substituir o antigo sistema já no início do ano que vem, foi apresentado à comunidade acadêmica do Rio Grande do Sul.

José Dias Sobrinho disse que era com satisfação que iniciava a apresentação do relatório pela Ufrgs devido à grande contribuição da universidade gaúcha em sua elaboração. "A avaliação interna da Ufrgs está contemplada com muito peso neste relatório", falou. Ele frisou a contribuição, no processo, da reitora Wrana Panizzi, e dos professores Ana Braga, Hélio Trindade e Maria Beatriz Luce. O texto, de 98 páginas, foi produzido consensualmente. Nenhuma parte foi colocada em votação, num processo elogiado por todos os participantes. "Podemos ter cometido erros, mas não no procedimento, em que ouvimos e contemplamos, no geral, as expectativas de todos os que estavam no processo", relatou Sobrinho, salientando a importância da troca do Provão por uma idéia de sistema, mais abrangente e orgânico. O Sinaes deve envolver todas as Instituições de Ensino Superior do Brasil, valorizando a colaboração entre as esferas federal e estaduais e está sendo apresentado em setembro à comunidade acadêmica do Brasil. Em breve, seguirá para o Congresso. A idéia dos membros da comissão de avaliação do ensino superior é que se agilize a tramitação para iniciar sua aplicação já em 2004.

Mudanças

As principais alterações em relação ao antigo sistema são de concepção geral de Educação Superior. Segundo Sobrinho, ela passa a ser mais solidária do que a anterior, que estaria estimulando a competição entre estudantes e instituições. O sistema também cobra mais responsabilidade social das universidades. Nessa perspectiva, a prova, que continuará a ser aplicada anualmente aos estudantes, é um dos elementos da avaliação, mas o foco passa a ser a avaliação institucional e não a do



Cristina Lima

Dias Sobrinho: "teremos uma ampliação da concepção de educação superior e da formação"

desempenho do aluno. Este é apenas um dos elementos da avaliação. "O que queremos não é uma seleção dos estudantes, mas saber o seu perfil", afirmou Sobrinho.

Outra mudança é que a avaliação e a regulação se alimentam mutuamente, mantendo uma constante pergunta sobre o sentido de se abrir uma nova universidade, qual seu papel na sociedade e quais os benefícios que ela traria para a comunidade onde está, se for elevada à categoria de centro universitário ou universidade. Para que o sistema funcione, haverá diversos instrumentos articulados em função de uma concepção global, de um sistema de educação. "Com isso tudo, nós teremos uma ampliação da concepção de educação superior e da formação", apontou. Sobrinho também disse que mudam o objeto da avaliação, que passa do estudante para a instituição e até mesmo o próprio sistema, e a forma de envolvimento dos sujeitos, que não seriam mais simples objetos da avaliação.

Salientou que a Capes continua a fazer sua avaliação, mas esta entra para o sistema. Também haverá uma substituição do Exame Nacional de Cursos (ENC) por processos globais de avaliação e a introdução da figura da meta-avaliação permanente (do sistema de avaliação como um todo). Para exemplificar a necessidade disso, lembrou: "O que estamos fazendo aqui é a meta-avaliação da avaliação do ministro Paulo Renato". Para Sobrinho, com o Sinaes se consegue uma recuperação do conceito mais complexo de Educação Superior, em substituição à idéia mais restrita de ensino.

Princípios norteadores

Com a auto-avaliação como núcleo central do sistema, o Sinaes tem como princípios norteadores a responsabilidade social, o reconhecimento da diversidade do sistema, o respeito à identidade institucional, a globalidade (educação ao invés de ensino), continuidade (a idéia da avaliação como processo e não como uma fotografia), o compromisso com a formação e a publicidade, ou seja, o momento de tornar públicos os resultados disponíveis. Neste sentido, o sistema também pretende garantir um uso mais solidário dos números, ao contrário da forma atual que os utiliza para promover uma meritocracia e estabelecer um ranking de melhores a ser utilizado pelo mercado. "Queremos saber não apenas os resultados, mas se o currículo é adequado e compatível com esta idéia de educação que temos, se a formação do estudante tem um sentido também ético, político e social, se leva em conta a participação e a cidadania, enfim, se contempla uma formação global e não apenas técnica", afirmou Sobrinho. Ele disse que a avaliação deverá passar por uma reforma na sua própria maneira de ser feita, que de quantitativa deve ser qualitativa. "Não é só checar, mas avaliar. Não basta saber se tem biblioteca, mas como ela é utilizada, se é boa, se tem um bibliotecário adequado etc", ressaltou. Outro item que passará a constar na avaliação é a qualidade das relações interpessoais. Sobrinho também afirmou que, com tudo isso, o Sinaes quer garantir, para a avaliação da educação superior, participação, integração, rigor técnico, científico e ético, eficácia formativa, efetividade social, flexibilidade e institucionalidade (os dados devem servir para avaliar o todo e não apenas as partes).

A avaliação institucional será composta de uma auto-avaliação e de uma avaliação externa, que tentarão medir os impactos da universidade em sua região e na sociedade. Os instrumentos para avaliação institucional serão um roteiro básico de avaliação, a Avaliação das Condições de Ensino (ACE) com fluxo contínuo, o cadastro das IES atualizado permanentemente, exame anual por amostragem de alunos (não a todos), Censo das Ies (anual) e a Paideia (Processo de Avaliação Integrada de Desenvolvimento da Educação e Inovação da Área). "Não queremos ficar apenas na verificação de aprendizagem, no desempenho dos estudantes, que também pretendemos saber. Queremos ver é a formação mais ampla e a produção de sentido, perguntando se o que estamos fazendo realmente importa". Outra novidade é que o Sinaes propõe uma avaliação por quatro áreas: humanidades, engenharias, exatas e biológicas e saúde. Cada área deverá ser avaliada a cada dois anos, sendo duas áreas por ano, a partir do terceiro ano de aplicação do Sinaes.

Hélio Trindade**

"Retrocesso" na Avaliação?*

O artigo da Profa. Eunice Durham, considerando um "retrocesso" a extinção do "Provão" é, no mínimo contraditório com sua biografia. Contradiz sua atitude crítica à "expansão descontrolada" do sistema privado que a levou a demitir-se publicamente do Conselho Nacional de Educação e explicitada em entrevista à própria FSP. Não se trata de uma discussão teórica entre sistemas de avaliação, mas da prática política de um governo que manteve o sistema público a pão e água e orgulha-se de haver expandido o setor privado, favorecendo empresas educacionais de baixa qualidade. Esta é a herança do ministro Paulo Renato Souza, hoje empresário de consultoria educacional, provavelmente destinada a corrigir seus próprios erros. A Profa. Eunice conhece bem a biografia dos membros da comissão e sua competência na área de avaliação, especialmente a do Prof. José Dias Sobrinho. Este, além de ter coordenado a primeira avaliação da Unicamp como Pró-Reitor na gestão do Reitor Carlos Vogt (depois que a USP produziu a resistência à avaliação em decorrência da publicação, também na FSP, da "lista dos professores improdutivos da USP"), dirige há quase uma década a única revista brasileira especializada no tema ("Avaliação") e publicou vários livros que são referência internacional no assunto. Os outros membros da Comissão, de instituições públicas, privadas e comunitárias, são igualmente respeitáveis e não podem ser desqualificados, como o foram em seu artigo. O tema está aberto à discussão séria e não ao panfleto, nem ao discurso ressentido dos que ficaram oito anos no governo e deixaram o sistema de universidades federais à deriva, tornando legítimo o título do livro - "Universidade em ruínas na república dos professores" - que pôs a nu outra realidade contraditória: governantes, professores de universidades públicas, favorecendo a privatização que em São Paulo já atingiu a 85% da matrícula, como vêm demonstrando matérias da própria FSP.

* Artigo enviado à Folha de S. Paulo e não publicado.

** Professor-titular de Ciência Política, ex-Reitor da UFRGS e Membro da Comissão Especial de Avaliação do MEC

"Sem projeto de universidade não haverá projeto de nação"

Fotos Cristina Lima



ADverso - **Quais são as chances de se viabilizar a Proposta de Expansão e Modernização do Sistema Público Federal de Ensino Superior, que a Andifes entregou ao presidente Lula dia 5 de agosto passado?**

Wrana Panizzi - Gostaríamos de já ter encaminhado essa proposta como alguma coisa acordada com o MEC, mas deixamos lá e ficou um tempo... Bom, mas a idéia era de no dia que tivéssemos a reunião com o presidente, pudéssemos assinar um protocolo, o que não aconteceu. Na realidade, é ainda uma proposta... Acho que, nos últimos dez anos, perdemos um enorme espaço da universidade pública e mesmo assim mantivemos a liderança no ensino, na pesquisa e na extensão. Mas precisamos urgentemente recuperar nossa liderança na oferta de vagas. Isso é uma questão importante não só para a manutenção e a continuidade da universidade, mas sobretudo para a própria sobrevivência dentro de um projeto de nação. Se perguntássemos "o que pode marcar o Brasil, hoje, como grande foco?", todo mundo dizia que são as políticas sociais. Mas eu acho que a ação social terá resultado se a gente tiver como grande foco a produção de conhecimento e a formação de recursos humanos qualificados. Mas temos que fazer com que esse conhecimento não fique restrito a um grupo de pessoas. Ele tem que ser efetivamente mais distribuído não só nas diferentes camadas sociais, nos diferentes setores da sociedade, mas melhor espacialmente também, para combater os desequilíbrios regionais. Quer dizer, na sociedade do conhecimento não há projeto de nação que se sustente se não considerar a produção de conhecimento e a formação de recursos humanos, portanto deve haver um projeto para as universidades, em especial para a universidade pública. Vivemos num período de extrema concentração de renda. Temos hoje vagas sobrando nas universidades privadas porque as pessoas não podem pagar... Nós

temos alguns dados que mostram cada vez mais que precisamos levar em conta o perfil socioeconômico dos estudantes. Dos nossos estudantes, em 1998, 44% precisavam trabalhar para se manter na universidade. Hoje são 55,5%.

Adverso - A senhora fala em estudantes da Ufrgs?

Wrana - São dados da Ufrgs, mas ajudam para enxergarmos a realidade das Ifes como um todo. Cada vez mais as pessoas precisam trabalhar. Cada vez mais precisam do restaurante universitário. Então, nós temos uma enorme concentração de renda no País, mas se o País quer ser desenvolvido, quer ser soberano e ter identidade, terá que necessariamente investir na educação. E eu tenho a convicção de que se

"Se não tivermos um bom projeto para as universidades, não teremos também um bom projeto para a nação"

não tivermos um bom projeto para as universidades, não teremos também um bom projeto para a nação. E esperamos que promova a inclusão social, mas a inclusão social duradoura, onde todos participem das nossas riquezas, da cidadania, porque isso que é inclusão social. Não é uma coisa de combater a fome um dia, mas combater a fome para sempre e isso vai depender de as pessoas terem acesso ao bem maior, mais importante da sociedade contemporânea, que é o conhecimento, que hoje está à disposição de alguns e restrito a outros. Então se vai sair ou não o projeto, sinceramente eu espero que ele encontre eco no governo e na sociedade...

A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) apresentou, dia 5 de agosto, ao presidente Lula sua proposta de expansão do Sistema Público Federal de Ensino Superior. Foi um encontro histórico, o primeiro em que o presidente do País ouviu de reitores brasileiros uma proposta de universidade. Na entrevista a seguir, Wrana Panizzi, presidente da Andifes, fala da importância do encontro e analisa as chances de se concretizar o ambicioso (ou otimista) plano da Andifes frente a uma realidade de diminuição do orçamento das universidades para 2004 e de continuidade de falta de professores em todo o País.

Jéferson Assumção

Adverso - E dinheiro para implementar a proposta? Esse projeto é possível com o atual orçamento para as Ifes?

Wrana - Com os recursos atuais que temos, não vai dar. Vamos ser muito fracos. Eu venho de uma reunião recente onde estivemos não só discutindo o problema do orçamento, mas também as dificuldades que teremos para completar 2003, mesmo com a chamada Emenda Andifes. Nossa orçamento nunca foi suficiente para as nossas necessidades. Quando digo nossas, digo todas as 53 Ifes. O que nós fazemos? Cada vez vamos lá e pedimos uma emenda. A emenda Andifes é acordada entre o Ministério, Comissão de Educação do Congresso e os reitores. E nunca é suplementar. Nós queríamos e gostaríamos que fosse suplementar para permitir, por exemplo, que a Ufrgs pudesse atender seus projetos de expansão, atender as necessidades, inclusive de infra-estrutura física. Mas é para o custeio, pagamento de água, luz, telefone, o reagente para o laboratório, a segurança... Afinal, segurança e limpeza, por exemplo, são terceirizadas em algumas universidades. Isso se constitui em recursos humanos. No fundo nós estamos pagando gente pra fazer segurança e limpeza. E entra dentro do custeio. Então nosso custeio fica cada vez menor, porque perdemos gente durante todo este tempo, enquanto ampliamos as atividades. Ontem (dia 19/9) nós estivemos lá no Ministério para dizer que mesmo com a emenda Andifes, que é de cerca de R\$ 80 milhões, nós não pagaremos todas as nossas contas de 2003. A grande maioria, senão todas as universidades, vai terminar o ano, mesmo com a emenda Andifes, com dívidas a pagar. E aí o que acontece? Fomos lá dizer para eles que além da liberação da emenda nós precisamos de uma suplementação para acabar o ano zerado, porque a gente já acumulou (o sistema todo) R\$ 30 milhões de restos a pagar, do ano passado. Então acho isso muito complicado e por isso tudo eu penso que nós não podemos deixar de ter uma proposta para fazer com que a universidade pública recupere seu lugar de liderança, com a sua proposta de educação, que é muito mais ampla, entendida como bem público e o conhecimento como patrimônio social. Nós precisamos disso. Se vamos conseguir ou não... Sinceramente, na fala que tivemos com o presidente,

dois aspectos foram importantes. Ele disse ao Ministério da Educação: "inclusa isso no PPA (Plano Pluriannual)". A segunda coisa: "daqui três, quatro meses, quero saber quais foram os encaminhamentos feitos". Hoje o que eu posso dizer? Infelizmente não estamos incluídos no PPA e aguardamos para ver a questão dos encaminhamentos. Então, por isso nós estamos fazendo um périplo em todas as instâncias da sociedade para divulgar a nossa proposta e esperamos encontrar, inclusive, ressonância nas nossas comunidades acadêmicas e nas entidades representativas dos diferentes segmentos da academia.

"Autonomia universitária não se restringe a autonomia financeira. É muito mais ampla que isso"

Adverso - Na sua opinião, sai neste governo a chamada reforma universitária?

Wrana - O ministro José Dirceu disse numa entrevista que essa seria a próxima reforma. Mas sobre isso o Ministério nunca conversou conosco. Claro, ele fez o seminário Reformar a Universidade – Como e Para quê?, e nós esperamos que toda a comunidade seja chamada para discutir uma proposta de reforma. Mas se hoje ela está sendo gestada em algum lugar, nós desconhecemos. Eu, enquanto presidente da Andifes, tive a oportunidade de dizer ao ministro José Dirceu e também ao presidente da República, que eu tinha ouvido falar de uma reforma universitária e que nós gostaríamos muito de poder participar. Ele disse: "com certeza". Assim, expressamos também ao ministro José Dirceu que nós queremos participar. Mas claro que foi na hora de um cumprimento. Agora, em todas as ocasiões que nós podemos expressar, estamos deixando isso muito claro. E o que é a reforma universitária? Para mim ela deve incluir a questão da autonomia universitária, que é uma demanda nossa de muito tempo e que inclusive a nossa fala ao presidente da república termina dizendo isto, que precisamos de recursos, disso e aquilo, mas precisamos de autonomia universitária. E autonomia universitária não se restringe a autonomia financeira. É muito mais ampla que isso.

Adverso - O governo já anunciou que vai haver uma diminuição geral dos investimentos da União de R\$14,2 bi para R\$ 7,8 bi, em 2004. Que impacto essa diminuição deve ter nas universidades?

"Se o Brasil quiser ser país grande não pode regredir no número de pessoas que têm acesso à educação superior"

Wrana - De um lado, nós estivemos numa discussão em torno da questão do orçamento para as universidades. Então o que a gente pediu? Quando nós fomos olhar a proposta orçamentária, a LDO, que está sendo votada, o que estava escrito para as universidades? Que a proposta que ia ser encaminhada era menor do que a deste ano. O que temos para 2003 é R\$ 470 milhões, mais a emenda de R\$ 80 milhões. Isso daria R\$ 550 milhões para todas as universidades. Já sabemos que vamos terminar o ano com dívidas. Por quê? O orçamento de 2003, que é este que estamos executando agora, não aumentou em relação ao de 2002. Quer dizer, aumentou 15%, só que todos os serviços aumentaram muito mais.



"Na sociedade do conhecimento, não há projeto de nação que se sustente sem considerar a produção de conhecimento e a formação de recursos humanos"

No ano passado tínhamos dito ainda para o ministro anterior que o dinheiro seria insuficiente para este ano. Quando fomos olhar a proposta orçamentária, ela não incluía a nossa emenda naquilo que ia ser encaminhado. Daria em torno de R\$ 520 milhões. Menos do que nós temos hoje com a emenda. Então o que nós trabalhamos junto ao Ministério? Que a proposta encaminhada incluisse o orçamento deste ano, que está na LDO, os R\$ 470 milhões, mais a emenda Andifes, portanto mais R\$ 80 milhões, mas nesse caso seria R\$ 85 milhões. Esta foi a proposta encaminhada, que daria R\$ 555 milhões, que nós esperamos que sinceramente seja aprovada. Tanto é que nós, quando recebemos os tetos para cada instituição já recebemos contando um orçamento em torno disso, mas com certeza já vamos entrar, daqui a pouquinho, pedindo outra emenda Andifes. De quanto vai ser? Vamos acompanhar todos os nossos gastos até o fim do ano para ver o quanto deve ser. Agora, uma outra coisa que estamos trabalhando e insistindo é que nós precisamos ter também recurso para investimento, entendido como Orçamento de Custeio e Capital (OCC). Precisamos de alguma coisa de investimento para poder garantir a nossa proposta.

Adverso - A senhora não acha a proposta da Andifes muito otimista?

Wrana - Ela é otimista em um certo sentido, e um pouco ambiciosa. Mas neste momento, ou somos um pouco ambiciosos ou não vamos ter uma valorização da educação pública efetivamente. Há pouco tempo eram 12% da população de 18 a 24 anos que estavam nas

universidades em geral. Agora nós temos 9%, segundo os últimos dados do Inep. Se o Brasil quiser ser país grande não pode regredir no número de pessoas que têm acesso à educação superior. Então, precisamos que isso seja considerado e para ser executado não significa que temos que dobrar o orçamento, mas ampliá-lo. Com certeza isso não acontece de uma hora para a outra, mas é preciso ter um programa que mostre que a política educacional para o ensino superior está caminhando nesta direção... E mais: precisamos que sejam dados os recursos humanos que já vêm sendo anunciados há muito tempo.

"O aluno da universidade pública tem renda familiar de R\$ 2.433,00, enquanto o da rede privada tem renda familiar de R\$ 3.200,00"

Adverso - Em 2003 o número de aposentadorias, por conta da reforma da Previdência, será superior às 2.500 vagas que deverão ser supridas através de concurso. Como está a negociação para a reposição das demais vagas?

Wrana - Esta é uma negociação permanente nossa. Neste momento nós queremos a efetiva liberação dessas vagas. Porque a portaria saiu errada na semana passada. Então, estamos esperando para a gente fazer o concurso rapidamente. Agora, nós temos muita clareza e o Ministério sabe que essas vagas são para repor as aposentadorias. Temos um déficit histórico acumulado, em torno de seis, sete mil vagas. Vão ser liberadas duas mil para o Ensino Superior e 500 para os ensinos Fundamental e Médio. Precisamos entender esse primeiro esforço, mas o outro tem que ser rápido porque senão há tantas aposentadorias que vamos acabar não repondo. Vai ser simplesmente empatar com os aposentados.

Adverso - Como a senhora avalia a ampliação dos gastos com o Fies para 2004?

Wrana - Bom, não tenho muita certeza mas parece que os recursos para o Fies serão equivalentes ou até menores um pouco que no ano passado. Mas nós temos um sistema que é heterogêneo no Brasil. Ele inclui inclusive sistema comunitário, privado, e o que nós pretendemos aqui é fazer com que a gente possa com o tempo recuperar a nossa liderança. O sistema sempre será heterogêneo. Agora ele não pode ser tão marcadamente diferenciado como nós estamos vivendo. Eu quero dizer, com muita franqueza, que é preciso dar bolsas para alunos das universidades privadas,

"A educação deve ser um bem público e o conhecimento, um patrimônio social"

porque existe uma inadimplência enorme, com um terço das vagas desocupadas. As bolsas devem ser dadas, inclusive, para os alunos oriundos das escolas públicas, já que os dados apontam que estes precisam. Sobre esse aspecto, quase 50% dos alunos da universidade pública têm renda média familiar em torno dos R\$ 2 mil. Temos que acabar com esse mito de que a universidade pública privilegia os mais ricos, porque o aluno da universidade pública tem renda familiar de R\$ 2.433,00, enquanto o da rede privada tem renda familiar de R\$ 3.200,00. Entre os 10% dos alunos mais ricos do Brasil, 34% estão nas universidades públicas, 50% estão nas particulares. Claro que quem

não tem dinheiro, não estuda, não come, não tem trabalho, nem nada. Dos alunos entre os 50% mais pobres do Brasil, 11,7% estão na rede pública e 5,5% estão na privada. Então os mais pobres estão conosco. E estes são dados do IBGE.

E para combater a idéia de que nossos alunos custam caro: temos nas nossas Ifes em torno de 630 mil alunos. O orçamento das nossas universidades é de R\$ 4,9 bi, incluindo aí pessoal, não os aposentados, e todos os gastos. Vamos gastar por aluno R\$ 7.766,00, ou seja, US\$ 2.500,00. Por mês, R\$ 642,00, ou US\$ 214,00. Não são aqueles US\$15 mil, US\$ 18 mil que

"Ou o País tem cada vez mais gente qualificada ou não tem desenvolvimento"

se fala por aí. Bom, 55,5% na Ufrgs precisam trabalhar e é um exemplo para se pensar o restante do Brasil. Então cada vez mais nós precisamos de cursos noturnos, agora cursos noturnos de primeira linha. Para isso temos que ter biblioteca de noite. Talvez a gente tenha que repensar o funcionamento da universidade. Eu já disse outro dia e vão falar, "a professora Wrana quer matar todo mundo fazendo trabalhar sábado e domingo", mas acho que a universidade tem que ficar aberta sábado e domingo, com sua biblioteca. Por isso nossos recursos de investimento para ter o quê? Luz, o laboratório... Isso ainda significa mobilidade social. O percentual de pais dos nossos alunos que têm até o Ensino Médio é de 48%, de mães 51,4%. A maioria dos estudantes terá uma formação superior à dos seus pais. E isso é importante não só individualmente, mas é importante para o País. Ou o País tem um número cada vez maior de gente qualificada ou então não tem desenvolvimento. Não adianta a Wrana ter diploma e ser doutora. É preciso que a Wrana, o Pedro, o Paulo, o João, estejam dentro da universidade.

Hoje há um movimento internacional no sentido de transformar a educação em mercadoria através da OMC. Nós acreditamos que a educação deva ser um bem público e o conhecimento, um patrimônio social. Em 1998 houve a conferência em Paris, que chegou a três consensos: a educação é estratégica para o desenvolvimento do País, a educação pública superior é direito de todos e um dever do Estado. Será que todos vão chegar à universidade? Não sei. Nós estamos muito longe da universalização de qualquer coisa. Agora tem que ser um direito de todos e um dever do Estado,

"O percentual de pais dos nossos alunos que têm até o Ensino Médio é de 48%"

porque se ela é estratégica, tudo o que é estratégico o Estado tem que ter responsabilidade, tem que ter controle. Então, lá, se definiu muito claramente a questão a partir desses três consensos. O que aconteceu cinco anos depois, em julho passado na Paris + 5? No documento final, feito inclusive em outras circunstâncias, com menos gente, com menos representantes de governos, se introduziu um conceito e um instrumento novos. O conceito novo é que a educação pública é global. Significa a globalização da educação. E o instrumento é a criação de uma comissão internacional de avaliação e acreditação, que diria quais são as escolas



boas e cada país abriria mão das suas regras. Acho que essas são questões fundamentais para que a comunidade acadêmica e a sociedade discutam. Isso não é uma responsabilidade só nossa. Temos a responsabilidade de colocar essa discussão na rua, fazer isso chegar até o governo como preocupação de todos nós. Diante disso, uma reforma terá que acontecer. Eu não vejo outro caminho se nós entendermos isso como um projeto de desenvolvimento do país. E deve ser um projeto voltado

"Acho que avaliar é uma forma de fortalecer a instituição e o sistema"

não só para termos riqueza material, para manter nossa soberania, mas pra termos a nossa identidade, para sermos um país respeitado. Quando o presidente Lula, agora na reunião da OMC, falou com o presidente Bush e disse em que sentido seria encaminhada a discussão pelo Brasil na OMC, ele liderou toda uma discussão. As pessoas dizem que a reunião deu em nada! A reunião, para o Brasil, deu em muito.

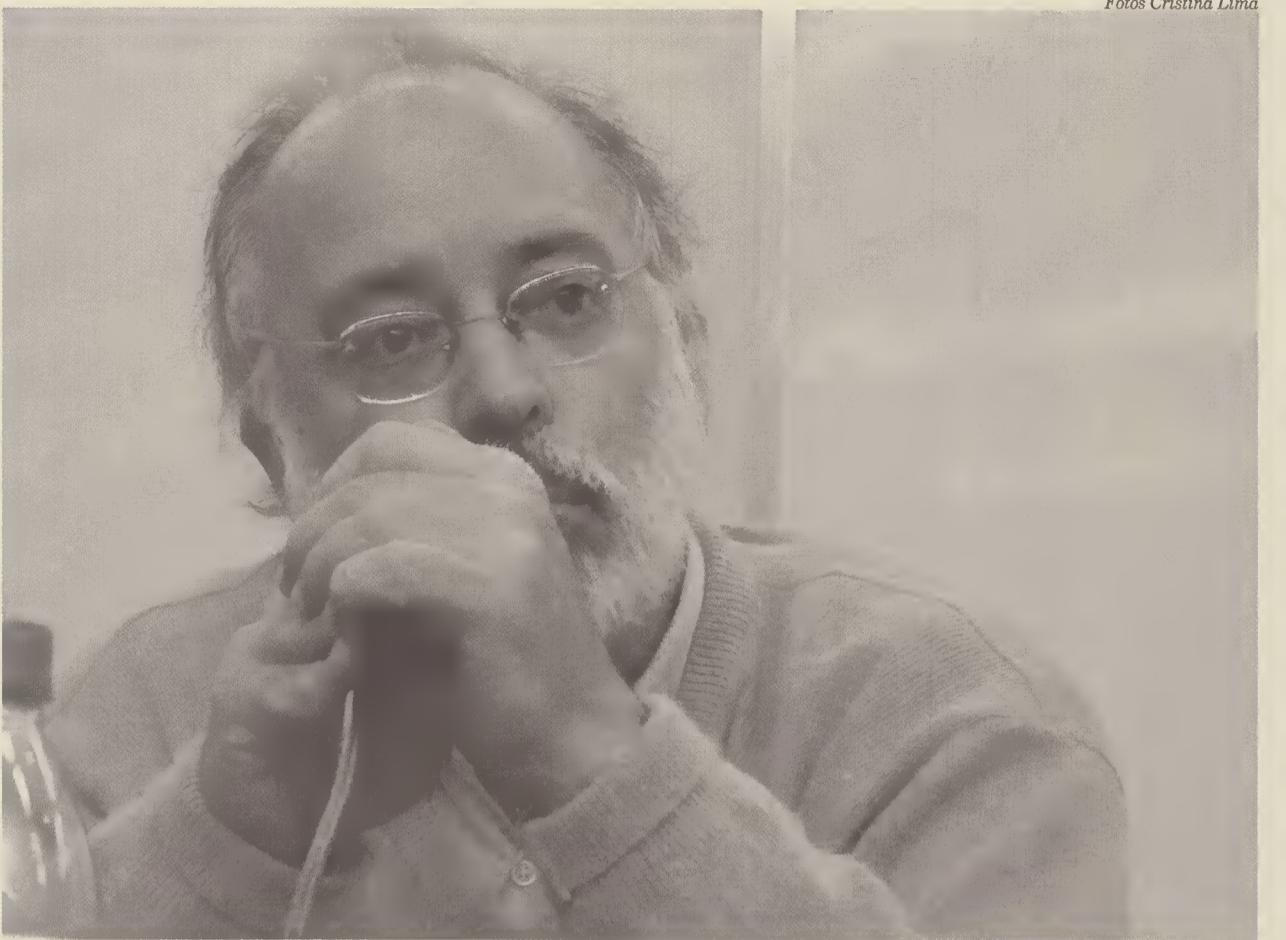
Mas o presidente pôde dizer isso porque os agronegócios neste país permitiram que o superávit comercial, de janeiro a julho, fosse de R\$ 13 bilhões. Nessa mesma pauta de exportações tem importância a indústria aeronáutica. Circula a notícia de que o Brasil vendeu aviões importantes para a Índia. O valor agregado do conhecimento que está aí é enorme. Isso é resultado das pesquisas e dos recursos humanos, que nós formamos, e basicamente das pesquisas feitas nas nossas universidades públicas. Acho que uma política que queira combater os desequilíbrios regionais, que queira um desenvolvimento mais equilibrado para o Brasil, que queira promover a inclusão social, tem que dar acesso ao conhecimento para todas as pessoas, nas diferentes regiões e de diferentes condições. Isto pode ser o grande diferencial de uma proposta governamental atual.

Adverso - O Sinaes prevê uma comissão nacional de 12 membros. É previsível que haverá uma forte pressão das universidades privadas para se fazerem representar na comissão...

Wrana - Sobre o Sinaes, estamos solicitando que todas as nossas instituições façam uma análise interna como nós fizemos outro dia. Montamos uma comissão, estamos elaborando um documento que ainda será discutido e, provavelmente, levado ao Conselho Universitário. Assim como nós, outras universidades estão fazendo. Eu não vou entrar no mérito, em si, da proposta, mas vou analisar os procedimentos até agora executados. O que eu acho extremamente importante é que a proposta foi feita por uma comissão de alto nível, heterogênea, vinda da universidade pública ou não. Então ninguém pode suspeitar, nem para um lado nem para o outro. Essa comissão ouviu quase 40 entidades, que se manifestaram em audiências públicas. Depois a proposta foi entregue ao ministro, que pediu para a comunidade discuti-la. Acho importante os princípios desta proposta, fundados nas transparência e na preservação do sistema, com sua heterogeneidade e diferentes manifestações. Somos hoje referência em qualidade, temos que também ser na quantidade. Uma coisa associada a outra. Outro princípio é o de que é uma avaliação que evita a fragmentação, porque tínhamos antes uma avaliação que fragmentava a instituição universitária por dentro, quando ela avaliava primeiro o professor, depois o aluno e depois o técnico.

"Para um desenvolvimento mais equilibrado, temos que dar acesso ao conhecimento"

O que é um bom professor, hoje? É tudo quantificado, individualmente... Se quebra o espírito institucional. Então, na medida em que a proposta leva em conta todos os segmentos que compõem essa instituição, com professores, técnicos e estudantes, ela deixa bem claro que avaliação não pode ser feita só pelos pares, ou seja, só internamente. Essa avaliação precisa ser feita pela sociedade, a partir do papel que cada instituição tem na sua respectiva região. E acho que avaliar é uma forma de fortalecer a instituição e o sistema. Sobre os detalhes, assim que tivermos a posição da Andifes, evidentemente que nós passaremos.



Fotos Cristina Lima

"Não há um processo real de negociação com o governo"

Aumentar o número de alunos nas universidades brasileiras sem investir no Ensino Superior público seria inviável. Com um orçamento para 2004 menor que o de 2003, teme-se que, para atingir a meta proposta, o governo facilite ainda mais a privatização interna das universidades públicas e invista no financiamento do ensino privado, como sugeriram o Banco Mundial e o FMI. É o que adverte nessa entrevista o presidente do Andes-SN, Luiz Carlos Lucas, para quem o ministro da Educação é cheio de boas intenções, mas equivocado em alguns aspectos, como na idéia de cobrar anuidades dos alunos das Ifes, o que não resolveria o déficit orçamentário e comprometeria a democratização do acesso às universidades públicas.

Maricélia Pinheiro

para 2004 foi reduzido. Seria possível revolucionar a educação com verbas ainda menores?

Lucas – Sem reverter a atual política de financiamento das universidades é absolutamente impossível fazer expansão com qualidade. A gente sabe que o Estado brasileiro já não vem investindo não apenas nas universidades, mas no conjunto das políticas públicas. Os investimentos gerais, obras e despesas de capital, bairarão dos já irrisórios R\$ 14,2 bilhões em 2003 para R\$ 7,8 bilhões em 2004, um decréscimo de 45%. Sabemos também que todas as gorduras já foram cortadas há muito tempo. Nesse quadro de carência generalizada, pode acontecer um aprofundamento das tendências atuais de privatização interna das universidades, além do estímulo ao crescimento do ensino privado. É uma maneira que se tem de realmente aumentar as vagas na educação com pouquíssimo dispêndio. O ministro da Educação parece uma pessoa bem intencionada, com personalidade democrática, mas eu acredito que só nos últimos tempos ele está realmente percebendo a enorme dificuldade que terá de conseguir dinheiro para sua pasta. No início do governo ele tinha expectativas elevadas de aumentar a aplicação de recursos públicos na área de educação. Hoje eu tenho a impressão que ele já percebe que isso é irreal. O problema é que já se cogitam algumas alternativas de obtenção de recursos que podem ter efeitos danosos, como a cobrança de anuidades, o que afetaria a democratização do acesso às universidades públicas e certamente não resolveria o problema da falta de recursos, porque o que vai se cobrar do aluno é absolutamente irrelevante em relação às despesas para manutenção das universidades. E há

ainda outra proposta extremamente preocupante que é referente à troca de dívida por investimento em educação. Isso surgiu em uma entrevista dada pelo ministro, evidentemente uma idéia ainda bastante vaga. Não se sabe exatamente o que está sendo proposto com isso, mas podemos pensar em alguns mecanismos de transformação de dívida em investimento educacional que seriam absolutamente desastrosos, sobretudo se observarmos toda a pressão que está sendo feita sobre os países periféricos com o objetivo de privatizar e internacionalizar os seus sistemas educacionais. Os debates em andamento, as pressões da OMC mostram claramente isso. Não sei exatamente o que o ministro pretende com esta proposta, nem o que se fará com base nela, mas é preciso ter muito cuidado.

Adverso – O discurso do MEC tem sido bastante otimista com relação a uma ampla reforma do Ensino Superior. O ministro das Comunicações, Luiz Gushiken, chegou a dizer que a educação será uma marca do governo Lula. Apesar disso, o orçamento

do que na ampliação da universidade pública, para atingir as metas propostas?

Lucas – Essa é uma tentação que sempre surge quando se quer melhorar as estatísticas com baixo custo. Além disso, o lobby privatista é muito forte e o Bird orienta claramente nesse sentido, e o governo brasileiro, infelizmente, não tem revelado vontade de resistir a esse tipo de pressão.

Adverso – Essa proposta nova de avaliação (Sinaes) tem como preocupação controlar mais o reconhecimento de cursos. Então o incentivo ao ensino superior privado vai contra isso. Como o senhor vê essa contradição?

Lucas – O Sinaes representa claramente um progresso, como método de avaliação e como concepção de universidade. O problema é que a política de avaliação, na prática, tem sido incoerente, porque ao mesmo tempo em que se fala no Sinaes e na eliminação do provão, cria-se a certificação para as licenciaturas, que significa um retrocesso. Aliás essa proposta da certificação é praticamente a tradução de um documento do Banco Mundial, que ainda teremos que discutir bastante. Há uma incoerência inexplicável. Se por um lado se avança no sentido de implantar uma avaliação melhor, por outro se implementa algo que tem todas as características

Adverso – O senhor interpreta a Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) 2968 como iniciativa de governo?

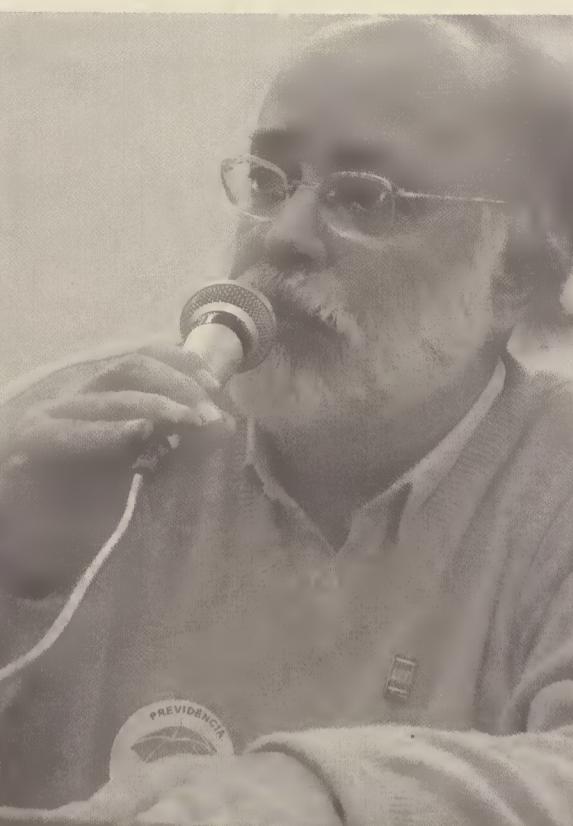
Lucas – Eu não saberia responder. Não poderia dizer que o procurador, doutor Cláudio Fontes, agiu sob comando do governo, pois não tenho nenhuma prova disso. Pessoalmente eu acho, porém, que uma ação com essa repercussão dificilmente seria iniciativa individual. Vamos procurar a Advocacia Geral da União (AGU) para oferecer argumentos de defesa, e o seu parecer representará um indicador melhor da disposição do governo, porque a relação da chefia do Executivo com a AGU é diferente da que ele tem com a Procuradoria que, em princípio, deve ser autônoma. Embora não se tenha prova que o procurador foi influenciado, há uma coincidência muito grande entre os efeitos que a Adin pode ter e o desejo do governo de diminuir a qualquer custo os gastos com aposentadoria. Sabemos também que o doutor Cláudio Fontes tem uma opinião muito favorável à Reforma da Previdência. Durante uma reunião que teve com uma comissão da coordenação nacional dos servidores públicos, isso ficou muito claro. Ele defendeu essa reforma como sendo um instrumento de justiça social e, sobretudo, uma necessidade imposta pela situação econômica do País. A Adin representa, potencialmente, a maior agressão já cometida contra um contingente muito amplo de servidores públicos. De uma certa forma ela é pior do que a Reforma da Previdência. Na realidade extrapola determinados limites que estavam impostos aos efeitos da PEC, decorrentes da necessidade de respeitar direitos adquiridos. A PEC não poderia mexer nas aposentadorias daquelas pessoas que já estivessem em gozo dos benefícios, ou que já tivessem cumprido todos os requisitos para usufruí-los, enquanto a Adin pode. Se o artigo 243 do Regime Jurídico Único (RJU) for julgado inconstitucional como quer o procurador, em princípio até mesmo os já aposentados poderiam ter suas aposentadorias diminuídas. Não se pode excluir nem mesmo a anulação do vínculo entre o servidor e o Estado. A jurisprudência que existe é ainda pequena, mas aponta no sentido de que o artigo 243 seria inconstitucional e as admissões poderiam ser consideradas nulas pelo menos daqueles docentes que não tenham prestado concurso. O risco que eles correm é muito alto, seja qual for sua situação atual. Os que prestaram concurso celetista, segundo a jurisprudência existente, estariam protegidos. Mas não se tem também certeza disso, porque embora consensual a jurisprudência é pequena e Supremo Tribunal Federal (STF) sofreu alterações significativas na sua composição nos últimos dois anos.

Adverso – O número de servidores nessa situação é muito grande?

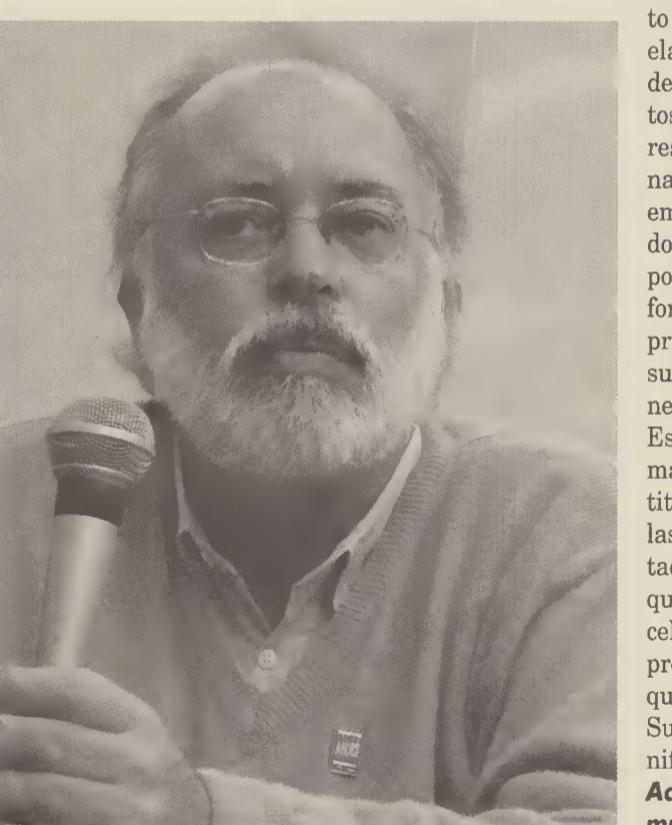
Lucas – No país como um todo, há estimativas de que se aproxime de 600 mil pessoas, em todo o serviço público. São categorias afetadas de forma distinta. No caso específico dos docentes, os únicos que não correm absolutamente nenhum risco são os admitidos após a promulgação do RJU, além dos estatutários regidos pela legislação de 1952, desde que concursados.

Adverso – A última greve, da qual a Ufrgs não participou, não se estendeu a todas as universidades e teve um efeito aparentemente pequeno sobre a PEC. Quais são as perspectivas para o próximo período, quando os professores terão questões difíceis e que vão exigir algum tipo de enfrentamento com o governo? Como é que fica a capacidade de mobilização dos professores?

Lucas – Estamos em uma conjuntura que nos obriga a



"Seria ruim se tivéssemos saído dessa greve com a capacidade de mobilização enfraquecida, o que não aconteceu"



"Sem reverter a atual política de financiamento das universidades é absolutamente impossível fazer expansão com qualidade"

da política de avaliação da gestão Paulo Renato. A certificação das licenciaturas é pior do que o Provão em um certo sentido, até porque ela é periódica e está acoplada também a uma política de remuneração precária com base em avaliações em que não se pode confiar.

uma mobilização intensa, sabendo que algumas vezes quando a gente se mobiliza consegue atingir os objetivos e outras vezes não. O contexto está nos levando a isso. Essa greve não conseguiu barrar a Reforma da Previdência. As concessões que o governo fez foram míнимas, mas sabíamos antes da greve que a correlação era desfavorável, já que seria contra um governo empossado há pouco tempo e com uma legitimidade de origem ainda muito forte. Aqueles professores que deliberaram pela greve julgaram que se deveria tentar essa mobilização e, pessoalmente, eu continuo achando que foi a decisão mais correta, porque a alternativa seria simplesmente deixarmos de resistir, e poderia ter, como em parte ocorreu, o efeito de uma profecia autocumprida: não resistimos porque achamos que não atingiremos nossos objetivos e não os atingimos porque não resistimos. Seria ruim se tivéssemos saído dessa greve com a capacidade de mobilização enfraquecida, o que não aconteceu. Não foi uma greve extenuante. Durou metade do que duram nossas paralisações mais longas e o retorno ao trabalho não foi traumático, por isso acreditamos que não há qualquer lesão à capacidade de mobilização futura. Pelo contrário, ilusões foram desfeitas, e isso é importante para enfrentar novas investidas que virão. Por outro lado, não é sem desgaste que o governo está conduzindo a reforma.

Isso também é importante, não que tenhamos prazer em desgastá-lo, mas porque altera a correlação de forças que definirá os resultados de novos embates, referentes às alterações da legislação trabalhista e sindical, às políticas educacionais e às questões relacionadas com salários e carreira, entre outras. Aliás, se o Senado aprovar a Reforma da Previdência como a Câmara aprovou no segundo turno, podemos esperar que a tendência à deterioração da política de pessoal aumente, porque na medida em que se perca a paridade sobre o conjunto da remuneração, aplicada cada vez que há uma reestruturação de carreira, sem dúvida nenhuma o governo vai tornar cada vez mais precária a remuneração dos ativos para com isso não ser obrigado a aumentar os proventos dos aposentados. Nesse contexto, acho que a incorporação das gratificações deve ser meta prioritária.

"Uma campanha rápida de alfabetização é um mercado de ilusões"

A campanha de alfabetização do Governo Federal tende ao fracasso, como todas as outras que a antecederam.

Erradicar o analfabetismo é teoricamente inviável, ainda mais em um país de miseráveis, onde uma parcela significativa da população não está inserida culturalmente na sociedade letrada, condição básica para se sustentar o conhecimento do código escrito. A observação é da professora titular da Faculdade de Educação da Ufrgs, Carmem Maria Craldy, doutora em Educação e especialista em Educação Infantil e Alfabetização. Nesta entrevista, a professora classifica como um grande equívoco do governo o recrutamento de voluntários para a campanha e afirma que isso caracteriza uma negação do conhecimento acumulado, uma desqualificação de toda a elaboração teórica já feita sobre a alfabetização no Brasil e no mundo.

Maricélia Pinheiro

AD verso - O governo Lula promete erradicar o analfabetismo nos próximos quatro anos. Para isso vem, inclusive, recrutando voluntários da sociedade em geral. Como a senhora vê essas campanhas de alfabetização do governo?

Carmem Craldy - As campanhas de alfabetização no Brasil vêm desde 1947 e pelos dados do próprio MEC não houve um impacto mais significativo na redução do índice de analfabetismo, que caiu mais pela expansão do Ensino Fundamental. Um trabalho escrito por Sérgio Hadad em 1987, encomendado pelo Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas), do MEC, dizia que as lideranças educacionais brasileiras e as lideranças dos movimentos populares já nos anos 60 sabiam que o impacto das campanhas para redução do analfabetismo era pequeno.

Adverso - Quer dizer que esse fracasso pode se repetir?

Carmem - Não tem por que não se repetir. O que uma campanha de alfabetização pode fazer e tem feito é mobilizar as pessoas, motivá-las a estudar. Agora a própria concepção de erradicar o analfabetismo teoricamente não se sustenta, porque o analfabetismo é uma questão cultural. As pessoas se alfabetizam na medida em que sofrem um processo de inserção cultural no mundo alfabetizado. Então alfabetizar-se não é simplesmente dominar o código alfabetico, o código escrito. Alfabetizar-se é inserir-se em um processo de relações culturais onde a língua escrita tem um significado maior e ler e escrever é importante na forma de viver, na forma de pensar, na forma de se relacionar. Tanto que há muitos estudos hoje, nos Estados Unidos e na Europa, que mostram um número muito significativo de pessoas que se alfabetizam e voltam a ser analfabetos, porque não exercitam e porque isso não tem maior significação na sua vida.

Em um relatório feito pela comissão interministerial de estudos do iletrismo na França, no início dos anos 90, está dito explicitamente que "não se é iletrado porque é excluído, ou excluído porque é iletrado. O iletrismo é uma dimensão da exclusão". Então não dá para fazer uma relação de causa-efeito: se alfabetiza e se



"Essas campanhas que prometem erradicar o analfabetismo estão trabalhando com conceitos teoricamente superados"

insere socialmente. Até porque simplesmente alfabetizar-se não é suficiente para se integrar socialmente. A sociedade atual exige um nível de escolarização muito mais elevado. Uma campanha rápida de alfabetização, ao meu ver, é um mercado de ilusões e levanta expectativas no analfabeto de que ele vai alfabetizar-se rapidamente, o que não é verdade. A alfabetização é um processo lento, longo e que depende dessa inserção no mundo da escrita para se manter. Senão a pessoa aprende o código, depois retrocede e se torna incapaz em poucos meses. Eu tive essa experiência com meninos de rua, que alfabetizei durante dois anos e tempos depois os reencontrei completamente analfabetos.

Então essas campanhas que prometem erradicar o analfabetismo estão trabalhando com conceitos teoricamente superados. A própria experiência brasileira mostra isso. Por que o Mobral, depois de anos de campanha de alfabetização, começou a fazer educação infantil e pré-escola? Porque chegaram à conclusão de que não estavam conseguindo alfabetizar adequadamente, que era preciso preparar melhor as crianças para se alfabetizarem na primeira série.

Adverso - Onde se concentra o maior número de analfabetos no Brasil?

Carmem - Nas regiões longínquas rurais, onde a escrita não circula, e nas periferias das grandes cidades, onde as crianças entram na escola e saem analfabetas. Essas crianças, adolescentes, jovens e adultos, que foram à escola durante anos e não se alfabetizaram, não vão alfabetizar-se em campanhas. Podem alfabetizar-se com um trabalho cuidadoso de inserção no mundo da escrita e de recuperação da autoestima e respeito ao ritmo deles, sem tempo marcado *a priori* para conseguirem ler e escrever de forma satisfatória.

Adverso - Por que as crianças freqüentam a escola e não aprendem a ler?

Carmem - Porque vivem em um ambiente iletrado e porque as escolas funcionam mal. As escolas ensinam da mesma forma a todas as crianças. O pesquisador francês Jean Hébrard diz que "existem aqueles que precisam aprender a ler e existem aqueles que sempre souberam ler". Quem são os que sempre souberam ler? São os que entraram na escola vindos de um ambiente onde se lia e sabem o sentido que tem ler e escrever. A criança para quem desde bem pequena os pais lêem histórias, que maneja livros, vê a mãe deixar bilhetes para empregada, o pai ler jornal, percebe o sentido da linguagem escrita como uma outra forma de linguagem, aquilo é parte da vida dela. Então dominar o código será rápido. Inclusive, tem muitas que se alfabetizam sozinhas, que na verdade é na interação com a escrita e com o adulto que lê. Agora a criança que vive em um ambiente onde não tem nada escrito, quando ela chega na escola não sabe nem o que é ler e escrever e para que serve.

Certa vez uma aluna me levou para visitar uma colinha em uma fazenda no Mato Grosso. Nós saímos da faixa asfaltada e andamos 150 quilômetros dentro do mato. Desde a saída da faixa até a entrada da escola, não havia absolutamente nada escrito. Até na casa das professoras não havia nada escrito além dos livros didáticos. Como é que uma criança daquela fazenda vai entender o que é ler e escrever? Isso para ela é uma atividade escolar, não da vida. Que se faz na escola, mas que não serve para mais nada. Essa alfabetização não vai perdurar mais que dois anos depois que a criança sair da escola.

Perguntei para dezenas de meninos de rua o que é ler e escrever e para que serve e obtive sempre as mesmas respostas: para ler placas de ônibus e placas de rua, para comprar no supermercado ou para ser alguém na vida. Mas isso não é ler, é reconhecer marcas. E para "ser alguém na vida" é uma frase feita. Eles sabem que quem é alguém, sabe ler, ao mesmo tempo que se consideram ninguém, então acham que ler não é para eles. É o que Paulo Freire dizia: "É preciso ter o direito de dizer a sua palavra para poder dizê-la por escrito também". Há uma dimensão de afirmação, de reconhecimento, de integração social que é parte do processo. Por outro lado, é claro que aprender a ler ajuda a adquirir essa afirmação, que é um pouco do que o Paulo Freire fazia. Antes de começar a ensinar o código ele discutia qual era a cultura da pessoa, qual a forma de participação no mundo que ela tinha.

Adverso - O MEC tem colocado essas campanhas de alfabetização como uma das maiores prioridades. De certa forma, o governo federal está chamando para si uma tarefa que é dos municípios e dos estados. Como a senhora vê essa prioridade que é atribuída pelo MEC à campanha de alfabetização?

Carmem - O governo quer resolver com urgência um problema que é grave. Poderia se dizer até que é uma

generosidade querer fazer alguma coisa espetacular para resolver os problemas dos mais excluídos. Mas estão equivocados na medida que simplificam um problema que é complexo e atropelam instâncias de base. Conheço escolas públicas de Porto Alegre que separam os alunos bons dos supostamente ruins. No início do ano já determinam quem vai e quem não vai passar. Os alunos ficam estigmatizados, com a autoestima baixa e vão reforçar esse cinturão de analfabetos que cerca as grandes cidades brasileiras. Aí vem uma campanha de alfabetização em cima deles. O que precisa é reforçar e consolidar o Ensino Básico, a partir da Educação Infantil, que é muito mais necessária para a criança de classe baixa chegar à escola em condições de se alfabetizar. E fazer um Ensino Básico de qualidade, que é uma função prioritária dos estados e municípios, embora a União tenha uma responsabilidade também de apoio técnico e financeiro. Sem consolidação do Ensino Básico não houve superação do analfabetismo em país nenhum do mundo.

Entre as crianças do quintal mais rico da população, 90% vão à pré-escola (4 a 6 anos) e cerca de 40% vão à creche (0 a 3 anos). Entre o quintal mais pobre da população, 35% vão à pré-escola e 2% vão à creche. A possibilidade de participar de creche e pré-escola diminui progressivamente na medida em que diminuem as condições sócio-econômicas da população. Então há um atendimento inversamente proporcional à necessidade de se chegar preparado à primeira série. A mesma coisa acontece nas escolas. Quanto mais alta a condição sócio-econômica da família, melhor funciona a escola para onde vai a criança. Mesmo quando é pública. A escola pública que atende classe média funciona melhor do que a escola pública que atende a classe pobre.

Adverso - Por quê?

Carmem - Porque somos um país elitizado, onde essa mentalidade elitizante e discriminadora atravessa todas as instâncias, das governamentais ao magistério. Inclusive existe um preconceito de que a criança de classe baixa não vai aprender mesmo e, portanto, não vale a pena ensinar. O que é falso, pois todos têm condições de aprender, no seu ritmo e a partir de sua realidade cultural.

Adverso - Não seria porque a classe média tem mais poder de pressão por ser mais instruída?

Carmem - Há uma acumulação de fatores. Por um lado, a criança de classe média tem uma cultura escolar. Por isso tem mais facilidade de se situar na escola. Por outro lado, os pais pressionam mais e exigem mais da escola. Há também preconceito de grande parte do magistério com relação à criança pobre e esta, de fato, nas condições de extrema miserabilidade, chega muitas vezes na escola sem as mínimas condições. Não sabe sequer comer com garfo e faca ou usar o banheiro, que dirá manusear cadernos e lápis. Então há quase um processo civilizatório a ser desenvolvido.

Adverso - Como se daria a participação da universidade nas campanhas de alfabetização?

Carmem - Reduzir a função da universidade a campanhas de alfabetização é não saber o que é universidade. A universidade hoje, no mundo inteiro, tem uma função estratégica decisiva na medida em que a construção da sociedade contemporânea tem como fator estratégico principal a ciência e a tecnologia. Quer dizer, é estrategicamente decisiva para o desenvolvimento econômico, social e cultural. Os conhecimentos acumulados hoje na universidade são largamente suficientes para resolver o problema da alfabetização. Ela tem que cumprir a sua função de produtora de conhecimento e de formação de quadros de ponta. É para isso que a universidade deve ser chamada.

Adverso - As campanhas valorizam o conhecimento que a universidade tem sobre alfabetização?

Carmem - Pelos documentos que eu conheço não.

Adverso - Como a senhora vê o apelo ao voluntariado?

Carmem - É uma negação do conhecimento acumulado. Porque considera que basta saber ler para ensinar. Isso é uma desqualificação de toda a elaboração teórica



“Conheço escolas públicas de Porto Alegre que separam os alunos bons dos supostamente ruins. No início do ano já determinam quem vai e quem não vai passar”

já feita sobre a alfabetização na universidade e em centros de pesquisa. A universidade não pode aceitar esse papel que, ao meu ver, é um reducionismo da sua função e do que já se sabe sobre a alfabetização. Não há nada mais equivocado do que dizer que é suficiente para ler e escrever ter um analfabeto, um alfabetizado e um quadro negro. Porque ser alfabetizado e ser professor de alfabetização são coisas radicalmente diferentes.

Adverso - A educação infantil sempre foi colocada em segundo plano pelos governos anteriores. Qual é a política do atual governo? Seria contemplado todo o universo de crianças até 6 anos?

Carmem - A primeira versão do Plano de Planejamento Estratégico do MEC não contemplava a Educação Infantil. A única proposta que aparecia era a da Bolsa Creche, que na verdade é uma proposta assistencial que dá R\$ 50,00, uma caixa de brinquedos e de material pedagógico para as mães ficarem com os filhos de até três anos em casa. Isso foi contestado pelo Interfórum de Educação Infantil durante uma audiência com o ministro em agosto, quando ele assumiu dois compromissos importantes: um, que a Secretaria de Ensino Fundamental passaria a ser Secretaria de Ensino Fundamental e de Educação Infantil. Também se constituiu uma comissão consultora do MEC para elaboração do plano e da políticas para Educação Infantil. As notícias mais recentes que tenho é de que a criança de zero a três anos continua não sendo contemplada e que para a de quatro a seis haveria uma proposta de universalizar o atendimento. Eu li no site do MEC que a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados está discutindo com a Unesco e com alguns setores a questão do

financiamento da Educação Infantil. E essa é a grande questão, porque a Educação Infantil não tem fonte específica de financiamento.

Adverso - A Educação Infantil está prevista na LDB?

Carmem - A LDB regulamenta a Educação Infantil como a primeira etapa da Educação Básica, mas esta tem se expandido pouco nos últimos anos, embora haja uma demanda muito grande. Os pais querem, mas não há vagas. Eles têm o direito, previsto na Constituição, que não vem sendo garantido pela Estado. E o que é mais grave: há um tendência a não respeitar a LDB, que estabelece que professor de Educação Infantil deve ter no mínimo Escola Normal de nível médio. Inclusive o município de Porto Alegre vem construindo creches e dando para as mães da comunidade administrarem, sem que os professores sejam profissionais, como prevê a lei. E isso é um retrocesso em todos os avanços de pesquisa e conhecimento em Educação Infantil nos últimos 20 anos. No mundo inteiro, especialmente na Europa e nos Estados Unidos, está se implementando muito esse serviço, não só em função da questão social, da participação da mulher no mercado de trabalho e da necessidade de ter um local para deixar a criança, mas porque todos os avanços da ciência mostram a importância dos primeiros anos de vida no desenvolvimento da pessoa, em todos os sentidos, intelectual, social, cultural, psicológico. E hoje a Comunidade Européia tem um programa de qualificação para a Educação Infantil extremamente sério e mesmo os Estados Unidos, que não tinham tradição em Educação Infantil, hoje têm toda uma perspectiva de implementação, enquanto nós retrocedemos.

Adverso - Por que está havendo esse retrocesso?

Carmem - É recomendado pelo Banco Mundial que as crianças pequenas permaneçam no seio da família. Mas isso para os países subdesenvolvidos, os chamados emergentes, porque é uma educação cara e como as mães não têm emprego mesmo é melhor ficarem cuidando dos filhos. Só que a criança que vive confinada em um casebre ou em um apartamento, seguramente não terá as mesmas condições de desenvolvimento do que outra que passou por uma instituição qualificada, onde teve contato com brinquedos e livros, atividades adequadas a seu desenvolvimento e convívio coletivo. Essa é uma das formas mais violentas de discriminação escolar que existe hoje nas recomendações dos organismos internacionais e nas implementações inconsequentes dos países subdesenvolvidos: criança, a família cuida. Que família ninguém pergunta, sobre o direito da mulher de participar do trabalho e da vida social e o direito da criança de participar de um ambiente culturalmente rico também ninguém pergunta. Nós temos uma das legislações mais avançadas do mundo em Educação Infantil e em direitos da criança e temos uma das políticas mais atrasadas em relação à infância. Isso é insustentável. E o problema não é só a política ser atrasada, mas ela retrocede às propostas dos anos 60. Ela anda para trás nas formulações.

Adverso - Em quanto tempo seria possível universalizar a Educação Infantil?

Carmem - A Educação Infantil não é universalizável a curto prazo nas atuais condições econômicas do País e não é universal em quase nenhum país do mundo. Não se pode pretender a universalização imediata, mas é preciso que hajam metas de expansão e qualificação. E tem que se superar a mentalidade e o discurso de que para cuidar de criança pequena qualquer um pode, basta ter energia. Na faixa de quatro a seis anos ainda há um certo reconhecimento, mas na de zero a três, que é a fase mais decisiva, não se faz nada. Isso é muito grave, basta observar a quantidade de crianças que ficam sozinhas em casa, cuidadas pelos irmãos maiores, por vizinhos, em condições precárias. E é grande o número de crianças que morrem por acidente doméstico, uma das maiores causas da mortalidade infantil no País. A questão da criança pequena no Brasil tem que ser objeto de uma política integral, de educação, de saúde, de assistência. Não se pode reduzir a responsabilidade da educação de um criança apenas à família.

C & T

Pesquisadores mobilizados em defesa da Fapergs

A Comissão de Mobilização Pró-Fapergs (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul) realiza dia 30 de setembro uma série de atividades para chamar a atenção da comunidade gaúcha ao problema da diminuição nos repasses do governo do Estado à fundação. Às 9h30min, a Comissão terá uma audiência com o presidente da Assembléia Legislativa, Vilson Covatti (PMDB). Às 13h do mesmo dia, os pesquisadores fazem uma manifestação no Salão de Atos da Ufrgs e uma passeata até o Palácio Piratini, onde entregam um manifesto e um abaixo-assinado em defesa da Fapergs ao governador Germano Rigotto e ao secretário de Ciência e Tecnologia, Kalil Sehebe.

Os pesquisadores gaúchos querem que o Governo do Estado retome os repasses de verbas à Fapergs. Neste sentido vêm realizando uma série de atividades envolvendo a comunidade gaúcha no debate sobre a importância do fomento à pesquisa. Dentro dessa mobilização foi realizada uma audiência, dia 17 de setembro, às 9h30min, do GT de Ciência & Tecnologia da Adufrgs com o deputado Ruy Pauletti, presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia da Assembléia Legislativa. No dia 18, às 16h30min, reuniram-se com o DCE da Ufrgs, na Adufrgs. Além disso vêm sendo agendadas reuniões com associações de docentes de Santa Maria, Pelotas, Rio Grande, Regional Sul, na Adufrgs.

A Mobilização em Defesa da Fapergs começou a ser articulada dia 9 deste mês durante encontro na Faculdade de Economia da Ufrgs. Os presentes deliberaram pela elaboração de um manifesto que está sendo levado aos Três Poderes, além da ampla divulgação na imprensa. O objetivo é sensibilizar o governo e a sociedade em geral e mostrar a importância da entidade na produção de pesquisa no Estado. A comissão de mobilização foi composta por Laura Verrastro (Adufrgs), Dante Barone, professor da Ufrgs, Rita Carnevale, da SBPC, Nelson Fujimoto, assessor técnico do deputado Adão Villaverde (PT), Francisco Leandro Soares Fuchs, da Farsul e do Conselho Superior da Fapergs e Carlos Alexandre Netto, pró-reitor de Pesquisa da Ufrgs.



Fotos Cristina Lima

GT da Adufrgs tem audiência na Assembléia Legislativa

No dia 17, integrantes do GT de Ciência & Tecnologia entregaram ao presidente da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia da Assembléia Legislativa, Ruy Pauletti, o livro "Em Defesa da Fapergs" (Adufrgs), elaborado a partir do painel de mesmo nome realizado dia 24 de junho de 2003 na Ufrgs. O deputado ouviu as reivindicações dos professores, que buscaram em Pauletti apoio para uma maior conscientização dos deputados sobre a crise. Ele propôs a realização de uma audiência pública no final de outubro, na Assembléia, com a disponibilização de filmagem e a possibilidade de se fazer um documento conjunto. A intenção é convidar a diretoria da Fapergs e especialistas na área de pesquisa para exporem o problema.

Pauletti também sugeriu um encontro mais demorado com o presidente da assembléia para explicar a situação dramática por que passa a pesquisa no Rio Grande do Sul. Ele também parabenizou os professores pela iniciativa. "É a primeira vez que eu vejo pesquisadores preocupados em fazer um lobby aqui na Assembléia para um problema importante desses", disse. Concordou que há pouca informação sobre a importância da pesquisa entre os próprios deputados e que independentemente do esforço dos professores já vem trabalhando para incluir, pelo menos no



Ruy Pauletti

levou a Adufrgs a chamar, em junho, todas as entidades envolvidas na questão da tecnologia para realização do Painel em Defesa da Fapergs. Foi elaborado um documento tratando da urgência do problema. "Jamais havíamos passado por uma crise dessas antes", relatou.

O professor Fernando Zawislak recomendou ao deputado que lesse, no livro, um artigo escrito pelo representante da Fapesp, José Fernando Perez. Ele lembrou ao deputado que os parlamentares precisam entender que, sem pesquisa, acaba acontecendo uma fuga de cérebros nacionais, com diversos profissionais saindo do estado para pesquisar no Rio de Janeiro ou São Paulo. Zawislak também lembrou que a Adufrgs decidiu, em Assembléia, entrar na Justiça para que o governo retomasse o repasse de 1,5% do orçamento para pesquisa, mas que decidiu esgotar os esforços no sentido de promover o diálogo. A professora Maria Beatriz Gay se mostrou preocupada com relação à perda de terreno para outros Estados em termos de pesquisa e lembrou a intenção da Capes e CNPq de exigir contrapartida de um por um dos Estados. "Indiretamente estamos fortalecendo a liderança de nossos colegas de outros estados", argumentou. Também estiveram presentes os professores Clayton Bau e Laura Verrastro.

Manifesto da comunidade científica gaúcha ao sr. Governador em defesa da Fapergs



Cristina Lima

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS), agência de fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico do Estado, vinculada à Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia, constitui-se no instrumento central da política científica e tecnológica do Rio Grande do Sul e, como tal, compõe, com outros estados da União, uma rede de Fundações, ligada ao contexto nacional voltado para a Ciência e Tecnologia. Essa missão de catalisadora do pensamento científico da comunidade lhe foi outorgada por lei em processo democrático que reconheceu a necessidade e autoridade do estabelecimento de tal fórum. O Programa de Fomento à Pesquisa da FAPERGS atua através do financiamento de projetos de pesquisa e de bolsas apresentados por pesquisadores vinculados às Universidades, aos Centros de Pesquisa, assim como a empresas públicas e privadas, portanto com amplo respaldo da comunidade capacitada para este exercício no Estado. Anualmente, a FAPERGS apresenta à comunidade científica e tecnológica seu Programa de Atuação, concebido em estreita relação com as prioridades governamentais, como têm demonstrado os Editais Especiais colocados à público. O artigo 236 da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul - 1989 preceitua: "O Estado destinará dotação equivalente no mínimo a um e meio por cento (1,5%) de sua receita líquida de impostos à FAPERGS para aplicação no fomento ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica". Por sua vez, o artigo 1º da Lei Complementar Estadual nº 9.103, de 8 de julho de 1990, quendispõe sobre o repasse à FAPERGS da dotação prevista no artigo 236 da Constituição Estadual, prevê no seu Parágrafo 1º do Artigo 1º: "A referida dotação será transferida à FAPERGS em doze (12) parcelas mensais, correspondentes aos doze (12) meses do ano civil" e complementa no Parágrafo 2º: "O montante de cada parcela será no valor de, no mínimo, um e meio por cento (1,5%) da receita líquida de impostos arrecadada no mês imediatamente anterior ao de cada transferência. Infelizmente, desde a sua aprovação tal Dispositivo Constitucional não tem sido respeitado em sua plenitude pelo Executivo Estadual. No entanto, é igualmente verdadeiro que aquele Dispositivo contribuiu para que as verbas repassadas à FAPERGS fossem, em geral, continuamente crescentes no decorrer da década de 90. Por exemplo, durante os anos de 1997 a 2001 algo próximo a 30% do devido foi, de fato, repassado à FAPERGS.

É fato também que a FAPERGS, em meados da década de 90, era considerada a segunda melhor Agência Estadual, atrás somente da Agência equivalente de São Paulo, FAPESP. Hoje a FAPERGS ocupa um lugar de menor destaque entre as demais Fundações similares do país, pelo reduzido aporte de recursos recebido, culminando no atual momento com situação de inadimplência perante os bolsistas. A partir do ano 2002, o pior ano da história recente da Fundação, os valores têm sido drasticamente reduzidos, invertendo uma tendência de crescimento observada até o início desta década. No presente ano de 2003 não há nenhuma indicação que esta situação de penúria esteja sendo modificada, pelo contrário, há fortes sinais de agravamento. Atualmente, a FAPERGS, quase paralisada, está incapaz de prover recursos à altura da capacidade e potencialidade da comunidade científica e tecnológica do Estado do Rio Grande do Sul. Para piorar a situação, há recentemente uma clara tendência na política de fomento das Agências Nacionais (CNPq, FINEP etc.) em exigirem contrapartidas das Agências estaduais, vitimando duplamente a comunidade estadual gaúcha, dado que a absoluta ausência de recursos estaduais, praticamente inviabiliza também

Manifesto foi redigido depois de encontro de pesquisadores, dia 9 de setembro

o acesso aos recursos federais. Este é o caso recente do Programa PRONEX, do Programa de Apoio a Jovens Doutores e colaboração com empresas. O Conselho Superior da FAPERGS, responsável principal pelos destinos da Fundação, vem mantendo junto ao Executivo Estadual todo empenho e firmeza, através de diálogo permanente, para reverter essa tendência e superar a crise atual. O Conselho tem alertado a comunidade que a FAPERGS, um dos alicerces fundamentais do desenvolvimento científico e tecnológico, e consequentemente do avanço econômico e social do Estado, tem seu futuro seriamente comprometido. No momento, é necessário e indispensável uma participação direta da comunidade interessada em ciência e tecnologia no Estado, assim como de todos aqueles que são conscientes que sem produção de conhecimento científico e tecnológico não haverá futuro para o desejável desenvolvimento econômico e social. Com a participação ativa da comunidade interessada foi que se conseguiu a inclusão do Dispositivo Constitucional da FAPERGS na Constituição Estadual e assim também será se quisermos ter uma perspectiva de sua concretização no futuro. Cabe destacar que a comunidade científica e tecnológica gaúcha é altamente qualificada, o que assegura plenamente a possibilidade de atingirmos um desenvolvimento harmônico das diversas áreas do conhecimento humano, propiciando condições para o crescimento da base científica e tecnológica do Estado. Seguramente, podemos afirmar que, após São Paulo, o Estado do Rio Grande do Sul disputa com o Rio de Janeiro e Minas Gerais o orgulho despedir os maiores e melhores grupos de pesquisa nas áreas mais estratégicas ao desenvolvimento econômico e social do país. Por fim, entende a comunidade científica e tecnológica gaúcha que o mínimo que podemos esperar, por respeito ao significado que a Fundação tem representado e pode vir a desempenhar no futuro em termos de desenvolvimento econômico e social, que tenhamos o compromisso imediato, por parte do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, acerca dos seguintes pontos: 1) Complementação emergencial de recursos visando atingir ainda neste ano no montante mínimo anual de R\$ 18 milhões (menos de 1/4 do valor devido constitucionalmente e inferior à média histórica dos últimos anos); 2) Garantia de repasse periódico e regular, dentro do espírito do Dispositivo Constitucional; e 3) Compromisso de verbas sempre crescentes no decorrer do presente mandato. Reafirmamos nossa convicção que, em que pesem as conhecidas dificuldades financeiras do Estado, o Sr. Governador do Estado saberá reconhecer a relevância dos frutos advindos do apoio à ciência e tecnologia, assim como do risco e das indesejáveis consequências de não conferir a devida atenção a este tema. A FAPERGS não é e não pode ser problema para o Estado; ao contrário, a FAPERGS faz parte das soluções do Rio Grande do Sul.

PRESTAÇÃO DE CONTAS

| ADUFRGS - ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRGS CNPJ/MF Nº 90.757.204/0001-84 | | |
|---|--------------|------------|
| BALANÇETES - VALORES MENSais - 2003 | | |
| RUBRÍCAS / MESES | JUN | |
| ATIVO | 2.129.225,83 | |
| FINANCEIRO | 1.883.651,55 | |
| DISPONÍVEL | 303.796,72 | |
| CAXA | 1.185,92 | |
| BANCOS | 419,78 | |
| APLICAÇÕES C/ LIQUIDEZ IMEDIATA | 302.191,04 | |
| REALIZÁVEL | 1.579.854,83 | |
| APLICAÇÕES FINANCEIRAS CURTO PRAZO | 1.575.164,81 | |
| APLICAÇÕES FINANCEIRAS | 1.575.164,81 | |
| CRÉDITOS A REALIZAR | 4.690,02 | |
| ADIANTEMENTOS A FUNCIONÁRIOS | 3.461,87 | |
| ADIANTEMENTOS A FORNECEDORES | 0,00 | |
| IMPOSTOS E CONTRIB. SOCIAIS A RECUPERAR | 0,00 | |
| OUTROS DEVEDORES OU CRÉDITOS | 0,00 | |
| PRÊMIOS DE SEGURO A VENCER | 1.238,15 | |
| ATIVO PERMANENTE | 245.574,28 | |
| IMOBILIZADO | 241.179,20 | |
| BENS MÓVEIS | 82.686,76 | |
| BENS IMÓVEIS | 248.811,89 | |
| (-)DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS | 90.299,45 | |
| DIFERIDO | 4.395,08 | |
| SISTEMAS PROCESSAMENTO DADOS | 9.466,78 | |
| (-)AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS | 5.074,70 | |
| PASSIVO | 2.000.477,65 | |
| PASSIVO FINANCEIRO | 25.536,04 | |
| OBRIGAÇÕES OPERACIONAIS | 10.495,35 | |
| OBRIGAÇÕES FISCAIS E SOCIAIS | 4.751,49 | |
| OBRIGAÇÕES COM O PESSOAL | 0,00 | |
| OBRIGAÇÕES DIVERSAS | 3.985,25 | |
| CREDORES DIVERSOS | 1.778,61 | |
| OBRIGAÇÕES PROVISIONADAS | 15.040,89 | |
| PROVISÕES P/ENCARGOS C/PESSOAL | 15.040,89 | |
| SALDO PATRIMONIAL | 1.974.941,61 | |
| ATIVO LÍQUIDO REAL | 1.889.619,88 | |
| SUPERAVIT ACUMULADO | 85.321,76 | |
| ADUFRGS - ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRGS | | |
| FOLHA 2 | | |
| RUBRÍCAS / MESES | JUN | ACUMULADO |
| RECEITAS | 119.114,51 | 712.012,17 |
| RECEITAS CORRENTES | 82.793,85 | 494.991,68 |
| RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES | 82.793,85 | 412.167,83 |
| RECEITAS PATRIMONIAIS | 33.794,31 | 203.556,76 |
| RECEITAS FINANCEIRAS | 33.794,31 | 203.471,76 |
| RECEITAS PATRIMONIAIS DIVERSAS | 0,00 | 85,00 |
| RECEITAS DE ATIVIDADES SINDICais | 0,00 | 2.754,11 |
| PARTICIPAÇÕES EM AÇÕES COLETIVAS | 0,00 | 2.754,11 |
| OUTRAS RECEITAS | 2.526,35 | 10.709,62 |
| RECUPERAÇÃO DE DESPESAS | 2.216,35 | 8.849,02 |
| OUTRAS RECEITAS | 910,00 | 860,00 |
| DESPESAS | 119.979,57 | 583.263,99 |
| DESPESAS CORRENTES | 119.979,57 | 583.263,99 |
| DESPESAS COM CUSTEIO | 39.428,01 | 165.379,00 |
| DESPESAS COM PESSOAL | 16.218,16 | 76.530,34 |
| DESPESAS COM OCUPAÇÃO E SERVIÇOS | 3.481,87 | 23.755,66 |
| DESPESAS DE EXPEDIENTE | 16.157,01 | 46.798,47 |
| DESPESAS C/IMPОСTOS/TAXAS/ONUS DIVERSOS | 520,31 | 4.379,67 |
| DESPESAS LEGAIS | 0,00 | 0,00 |
| DESPESAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO | 688,44 | 8.206,11 |
| DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES | 1.382,42 | 8.294,52 |
| DESPESAS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO | 955,83 | 2.688,31 |
| ENCARGOS FINANCEIROS | 73,97 | 317,98 |
| DESPESAS COM ATIVIDADES ASSOCIATIVAS | 57.822,36 | 281.250,10 |
| DESPESAS COM PESSOAL | 534,00 | 534,00 |
| DESPESAS COM VEICULAÇÃO | 1.521,00 | 28.519,48 |
| DESPESAS COM VIAGENS | 17.643,05 | 81.177,13 |
| DESPESAS COM ATIVIDADES SÓCIO-CULTURAIS | 5.715,96 | 11.818,98 |
| DESPESAS C/ATIVID. POLÍTICO-ASSOCIATIVA | 6.987,75 | 18.551,88 |
| DESPESAS COM PUBLICAÇÕES | 20.580,10 | 100.118,65 |
| DESPESAS DIVERSAS ASSOCIATIVAS | 1.500,50 | 22.756,50 |
| DESPESAS COM ATIVIDADES SINDICais | 3.980,00 | 20.280,00 |
| TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 22.729,20 | 135.879,89 |
| CONTRIBUIÇÕES PARA A ANDES | 18.673,96 | 111.658,56 |
| CONTRIBUIÇÕES PARA A CUT | 4.055,24 | 24.241,88 |
| RESULTADO NÃO OPERACIONAL | 0,00 | 755,00 |
| PERDAS COM FURTOS E ROUBOS | 0,00 | 755,00 |
| RESULTADO LÍQUIDO DO MÊS | (865,06) | 128.748,18 |
| RESULTADOS ACUMULADOS DO EXERCÍCIO | 128.748,18 | 128.748,18 |
| MARIA APARECIDA CASTRO LIVI Presidente | | |
| NINO H. FERREIRA DA SILVA Contador - CRC-RS 14.418 | | |

Maria Helena Bodanese Zanettini e Giancarlo Pasquali*

Riscos e benefícios das plantas transgênicas

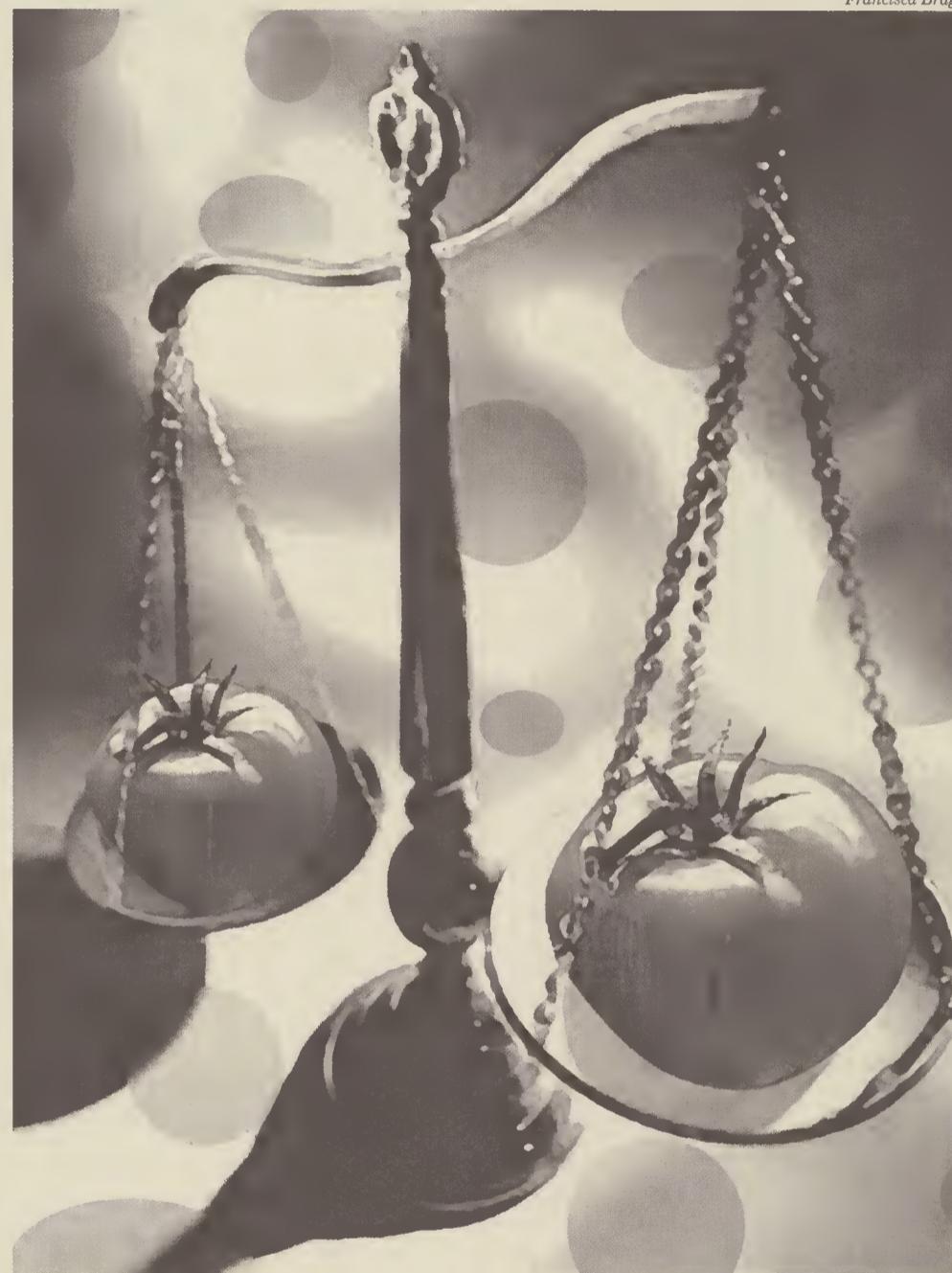
A evolução das plantas nativas obedece às leis ditadas pelas forças evolutivas, entre as quais vale salientar a mutação gênica e a seleção natural. A mutação pode gerar novos genes, que criam a variabilidade genética imprescindível para a adaptação da espécie às mudanças nas condições ambientais ao longo do tempo. A seleção natural nada mais é do que a capacidade relativa dos indivíduos portadores de certas combinações gênicas deixarem, em média, mais descendentes do que os portadores das outras combinações.

Entretanto, as características que são importantes para a espécie adaptar-se ao ambiente, muito freqüentemente não são interessantes (ou são prejudiciais) para o cultivo e/ou consumo humano ou de animais domesticados pelo homem. Assim, nossa espécie, há cerca de 10.000 anos atrás, deu início à agricultura, quando começou a escolher sementes de plantas com características de interesse para originarem as próximas gerações de plantas cultivadas. Entre as características selecionadas podem ser citadas: eliminação de estruturas de defesa, compostos alergênicos ou tóxicos; grãos que não debulham com o amadurecimento da espiga; frutos maiores, com menos sementes, mais polpa e sabor. Dessa forma, foram obtidas plantas que perderam as características que garantiam sua sobrevivência em condições naturais ou selvagens.

A redescoberta das leis de Mendel e o conhecimento dos princípios básicos da hereditariedade forneceram a base científica para orientar e acelerar o melhoramento genético na busca de variedades com alta produtividade e melhores qualidades para o consumo. No melhoramento clássico, os cruzamentos controlados, associados a diferentes métodos de seleção, permitem reunir características desejáveis de diferentes indivíduos de uma mesma espécie.

Freqüentemente, entretanto, a característica desejada não está disponível na espécie em questão ou os genes presentes não têm a expressão necessária. Nestes casos, os melhoristas têm buscado genes em espécies selvagens parentais. Assim, híbridos interestípicos são obtidos do cruzamento entre uma espécie cultivada com outra selvagem. Sucessivos retrocruzamentos com a espécie cultivada, acompanhados por seleção intensa, poderão originar descendentes semelhantes ao parental cultivado, mas com a característica desejável da espécie selvagem.

A utilização de espécies selvagens como fonte de variabilidade genética para o melhoramento das culturas foi intensificada nos últimos 90 anos pela descoberta de métodos eficientes para superar barreiras que impedem o cruzamento interestípico, tais como



Francisca Braga

Com este texto o jornal Adverso dá continuidade ao debate iniciado na edição número 119, com o artigo do professor Paulo Brack.

Emprego Comercial de Plantas Transgênicas

A adoção comercial das culturas transgênicas é um dos casos de mais rápida difusão de uma nova tecnologia na história da agricultura. Num período de sete anos, a área global das culturas transgênicas aumentou de 1,7 milhões de hectares em 1996 para 58,7 milhões de hectares em 2002. O número de países que optaram por cultivar plantas transgênicas praticamente triplicou em sete anos, aumentando de seis países em 1996 para 16 em 2002. Os 16 países que cultivaram plantas transgênicas em 2002, em ordem decrescente em área, são: Estados Unidos, Argentina, Canadá, China, África do Sul, Austrália, Índia, Romênia, Espanha, Uruguai, México, Bulgária, Indonésia, Colômbia, Honduras e Alemanha. As quatro principais culturas transgênicas em 2002 foram: soja, milho, algodão e canola.

Nas culturas transgênicas que atualmente estão sendo comercializadas foram incorporadas características capazes de conferir vantagens agronômicas. Estas incluem a tolerância a herbicidas, a resistência a insetos e alguns produtos resistentes a vírus.

Além das culturas transgênicas já aprovadas para comercialização, uma grande diversidade de material experimental vem sendo testada. De um pequeno número inicial, que incluía tomate, tabaco, milho e soja, atingiu-se uma lista de mais de 70 espécies vegetais,

incluindo frutíferas, hortícolas, florestais, forrageiras e ornamentais.

A segunda geração de genes introduzidos em culturas transgênicas inclui aqueles capazes de conferir a melhoria na qualidade do produto. Por exemplo, o amadurecimento retardado em tomate, que favorece o transporte e o armazenamento, além de melhorar o aroma e o sabor uma vez que os frutos podem ser colhidos após total amadurecimento. Outros produtos com características de qualidade que estarão disponíveis em curto prazo incluem: soja com maior conteúdo de ácido oléico, ácido graxo mais saudável, aprovado para comercialização nos EUA, Japão, Canadá e Austrália; arroz com altos níveis de pró-vitamina A e ferro; batata com menor conteúdo de líquidos, que absorve menor quantidade de gordura na fritura; algodão com fibras mais longas e fortes, conferindo melhor qualidade ao produto têxtil.

Finalmente, somente por meio da transgenia é que proteínas farmacologicamente ativas como, por exemplo, insulina, hormônio de crescimento, fatores de coagulação sanguínea, interferon, anticorpos, etc., podem (e são) produzidos em vegetais e microrganismos, a custos muito inferiores aos métodos convencionais de obtenção destes produtos.

Riscos e Benefícios dos Vegetais Transgênicos

A transgenia tem enorme potencial para oferecer reais benefícios à agricultura e à saúde, mas, como qualquer outra tecnologia, apresenta riscos potenciais que devem ser cuidadosamente considerados. Nem os riscos nem os benefícios são certos ou universais; ambos podem variar no espaço e no tempo. Além disto, comparações entre a agricultura convencional, orgânica e transgênica irão elucidar os benefícios e os riscos relativos da adoção de culturas geneticamente modificadas. Na verdade, a maioria das pessoas que estão preocupadas com as modernas biotecnologias tem pouco ou nenhum conhecimento das práticas adotadas no melhoramento convencional.

Por exemplo, na utilização de cruzamentos interespécíficos, grandes blocos de genes são transferidos da planta doadora para a receptora. Isto significa que centenas de genes não conhecidos e indesejáveis podem ser introduzidos concomitantemente com o gene de interesse, com o risco de que algum codifique, por exemplo, toxina ou produto alergênico.

No caso de mutações induzidas, como o agente mutagênico não pode ser direcionado a genes específicos. Entre um grande número de indivíduos submetidos ao agente mutagênico, faz-se a seleção daquele que apresenta a característica desejada, porém outros genes podem ter sido mutados, sem efeitos aparentes.

É importante enfatizar que alimentos oriundos de plantas mutantes, bem como daquelas resultantes de cruzamentos interespécíficos, apesar de serem avaliadas agronomicamente pelos melhoristas, não são submetidos a testes especiais, rotulagem, regulamentação ou inspeção sobre os métodos de obtenção, riscos alimentares ou ao meio ambiente.

Quando comparada com as grosseiras alterações produzidas pela hibridação interespécifica ou pelo uso de mutagênicos químicos e físicos, a introdução de um ou poucos genes, com função conhecida, em uma planta cultivada resulta em uma modificação mais específica e relativamente mais previsível. Entretanto, pelo fato de estarmos diante de um processo inovador e sem a familiaridade dos métodos convencionais, tem havido uma preocupação no sentido de submeter os produtos transgênicos a uma avaliação completa e rigorosa para evitar riscos à saúde e ao meio ambiente.

Produtos vegetais geneticamente modificados vêm sendo comercializados desde 1994, sendo consumidos por milhares de pessoas sem qualquer evidência de efeito negativo à saúde humana ou animal. Por outro lado, o uso de plantas transgênicas, especialmente aquelas resistentes a insetos e tolerantes a herbicidas, tem resultado em substancial redução no uso de agroquímicos com nítidos benefícios ambientais.

Concluindo, é essencial a continuidade das pesquisas e análise particular de cada nova planta transgênica, o que permitirá que riscos sejam avaliados e minimizados para que essa tecnologia possa ser apropriadamente explorada. É desejável que o mesmo rigor de avaliação seja adotado para os novos produtos vegetais obtidos por outras tecnologias.

*Maria Helena Bodanese Zanettini é Professora Titular do Departamento de Genética do Instituto de Biociências, Professora Orientadora do Programa de Pós-graduação em Genética e Biologia Molecular, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Giancarlo Pasquali é Professor Adjunto do Departamento de Biologia Molecular e Biotecnologia do Instituto de Biociências e Pesquisador do Centro de Biotecnologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Manifesto da Faculdade de Educação da Ufrgs

sobre a portaria nº 1403 do Ministério da Educação que institui o Sistema Nacional de Certificação Docente

Atendendo à convocação da Direção da FACED, em 20 de agosto do presente, as professoras e os professores reunidos em Assembléia, discutiram a participação desta Faculdade no Encontro Estadual de Educação Fundamental, a realizar-se no dia 25 de agosto p.v., que tratará do Exame Nacional de Certificação de Professores.

Após decisão favorável à presença de representação da Faculdade no referido Encontro e debatidos os diferentes aspectos envolvidos, foram fixados alguns pontos básicos que deverão pautar esta participação, a saber:

- o Estado tem responsabilidade sobre a qualidade do ensino, sobre a qualificação docente e, consequentemente, sobre a avaliação do desempenho dos professores e do sistema de ensino;

tal avaliação é um processo complexo e implica a colaboração entre União, Estado e Município, conforme definida na LDB/1996;

esta colaboração não deve significar prévias determinações impositivas mas indicar que ao MEC cabe um papel de articulador em nível nacional, obedecido o princípio constitucional do respeito à autonomia dos sistemas de ensino, primeiros responsáveis pela qualificação e desempenho docente no seu âmbito de atuação.

Dante destas considerações, as/os professoras/es da FACED/UFRGS entendem que promover a discussão acerca de uma matriz para organização de Exame de Certificação como primeiro item de um programa de valorização do professor, é inócuia e inoportuna. E o é não apenas por ferir a autonomia definida em Lei, mas principalmente porque desconsidera que essa valorização supõe uma formação inicial de qualidade, a garantia de formação continuada, condições de trabalho dignas e adequadas e um plano de carreira condizente com as funções exercidas, dimensões essenciais do trabalho do profissional docente. Logo, um Exame Nacional de Certificação de Professores da Educação Básica, só se justifica se estiver a serviço de uma política global e efetiva de valorização do magistério e só se implementa na medida em que considere a realidade concreta vivenciada pelos professores nos diferentes espaços sociais e geográficos em que estão inseridos.

A consciência dessas exigências conduz as professoras e os professores da FACED a proporem, como primeiro passo para o estabelecimento

de uma real política de valorização do magistério da Educação Básica, que sejam esclarecidos e discutidos os pressupostos subjacentes à atual proposta de implantação de um Exame Nacional de Certificação de Professores apresentada pela SEF/MEC, quais sejam: desrespeito à autonomia de Estados e Municípios; uso da certificação como sinônimo de qualificação individual; transferência da responsabilidade sobre a qualidade do sistema ao esforço individual de cada professor – considerando os indutores da substituição de uma formação coletiva e solidária por atitudes de competição e, até, de punição.

Opondo-se a tais pressupostos, as/os professoras/es da FACED/UFRGS, entendem que, antes de avaliar desempenhos, é necessário reforçar os mecanismos de apoio ao trabalho individual e coletivo dos professores, em cada sistema, além de garantir a possibilidade de formação continuada a todos.

Entendem, principalmente, que instaurar um sistema de premiação com bolsas de incentivo à formação continuada, somente para aqueles que obtiverem sucesso no referido Exame, estigmatizará e culpabilizará os demais, abandonando exatamente aqueles mais necessitados e talvez primeiro alvo de um programa de qualificação.

Finalmente, consideram que a instalação de uma meritocracia, no seio de uma categoria profissional sistematicamente desqualificada socialmente ao longo de muitos anos, fruto de um processo de gradativa pauperização, contribuirá ainda mais para a desvalorização dos planos de carreira cuja formulação compete aos sistemas educacionais de Estados e Municípios.

Com base nesses primeiros considerandos, os professores e as professoras da FACED/UFRGS, posicionam-se CONTRÁRIOS a participar da discussão de matrizes referenciais para o Sistema de Certificação Docente.

Entretanto, propõem-se a discutir a necessária e urgente revisão dos pressupostos orientadores da Portaria ministerial e a colaborar na definição de um sistema de avaliação conjugado aos demais aspectos de um Programa voltado efetivamente para o aperfeiçoamento e valorização dos professores da Educação Básica do país.

Porto Alegre, 20 de agosto de 2003.

Paulo Fagundes Vizentini* - Professor Titular de História no IFCH

Da guerra ao terror ao terror da guerra

O conhecido escritor britânico John le Carré argumentou, durante a guerra contra o Iraque, que “os Estados Unidos entraram em um dos seus períodos de loucura histórica, mas este é o pior que posso recordar: pior que o macartismo, pior que a Baía dos Porcos e, a longo prazo, potencialmente mais desastroso que a guerra do Vietnã”. Seis meses após o ataque ao Iraque e dois anos após os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 ao World Trade Center em Nova Iorque e ao Pentágono em Washington, a mesma pergunta feita na época e, novamente, um ano depois, volta a ser feita: este impactante acontecimento marcou o fim de uma época e o início de outra? A esta, podemos acrescentar outra questão: o que mudou desde então? Sem dúvida, o mundo não parou, e a vida prossegue, mesmo em Nova Iorque, com os planos de reconstrução do *ground zero*. A liderança americana, desde então, também foi reafirmada, após duas guerras vitoriosas. Mas isto tudo não significa que o mundo permaneceu o mesmo.

Em primeiro lugar, o imenso capital de solidariedade que os Estados Unidos receberam do mundo

Tudo isto se complicou com a obstinação do governo Bush em atacar o Iraque sem que os inspetores da ONU concluíssem seu trabalho. Assim, vozes nos Estados Unidos e no mundo começaram a questionar a eficácia e, até, os verdadeiros objetivos da guerra ao terrorismo. E, mais que a opinião pública, a diplomacia começou a reagir. O descaso americano para com a ONU e as acusações exageradas (a maioria delas desmentidas posteriormente) sobre a posse de armas de destruição massiva pelo regime de Saddam Hussein fez com que aliados americanos no Oriente Médio, Europa e Rússia afrontassem diplomaticamente os EUA. O mecanismo da OTAN chegou a ser bloqueado, pela primeira vez na história.

França, Alemanha e Rússia criaram o “eixo da paz”, Turquia, China e Japão não apoiaram a ofensiva anglo-americana e a Arábia Saudita solicitou a retirada das bases yankees de seu território. Tradicionais aliados dos EUA na América Latina, integrantes temporários do Conselho de Segurança da ONU surpreendentemente também não apoiaram a guerra, ao mesmo tempo em que governos críticos à agenda internacional da Casa Branca foram eleitos

está sob o efeito dos atentados, mas começa, lentamente, a superar o trauma e a exigir ações mais realistas do governo. O simples emprego da força não constrói estabilidade e, indiretamente, alimenta um crescente sentimento anti-americano no mundo, o que não existia logo após o 11 de setembro de 2001.

Para completar, a terrível onda de calor no hemisfério Norte faz lembrar que o Protocolo de Kyoto não pode mais ser boicotado pelos EUA, enquanto o atentado que vitimou Sérgio Vieira de Mello reforça no mundo a visão de que a ONU é um organismo que deve ser respeitado. Enfim, dois anos depois se pode observar que o 11 de setembro iniciou uma nova era, em que o poder americano é muito mais aparente que real, como observou Emmanuel Todd em seu magistral livro *Depois do Império* (Ed. Record). Outras forças começam a exigir seu lugar na ordem mundial, através da estruturação de um sistema multipolar.

A guerra ao terrorismo gera um estado de conflito permanente que permite aos Estados Unidos intervir

rem militarmente no sul da Eurásia, uma zona sensível que faz fronteira com os povos que percebem como futuros desafiadores. Mas a

estratégia direta e confron-

tacionista seguida pelos falcões da Casa Branca parece estar gerando uma situação oposta à desejada. Mais do que aprofundar o desgaste de sua hegemonia, Washington está alimentando a crise sistemática que desestabiliza a economia e o sistema mundiais. O esperado retorno à normalidade, que deveria se seguir ao conflito, não ocorreu, e os defensores incondicionais do *american way of life* se reduzem numericamente e se sentem órfãos em um mundo estranho.

Segundo Todd, “não haverá império americano. O mundo é demasiado vasto, diverso e dinâmico para aceitar a predominância de uma única potência. O exame das forças demográficas e culturais, industriais e monetárias, ideológicas e militares que transformam o planeta não confirmam a atual visão banal de uma América invulnerável. [Ela] não pode hoje manter seu nível de vida sem os subsídios do mundo [e], pelo seu ativismo militar de teatro, dirigido contra Estados insignificantes, tenta mascarar seu refluxo. Porque ela não tem mais força para controlar os atores maiores que são a Europa e a Rússia, o Japão e a China, a América perderá esta última partida pelo domínio do mundo. Ela se tornará uma grande potência entre outras”.

A guerra ao terror está afetando o mundo, mas, também, potencializando as debilidades americanas e fazendo emergir o imenso passivo gerado pela economia especulativa globalizada. Contudo, a mesma globalização está convertendo os blocos econômicos em atores políticos. Os países em desenvolvimento, por sua vez, deverão protagonizar nos próximos anos um grande ativismo internacional, em meio a um clima de grande instabilidade. Mas os EUA, devido à posição central que ocupam no sistema mundial, ainda serão o pivô das mudanças.

* Coordenador do Núcleo de Estudos de Relações Internacionais do ILEA/UFRGS. Autor de *Dez anos que abalaram o século XX: da crise do socialismo à guerra ao terrorismo* (Ed. Leitura XXI).

Francisca Braga

em quase todos os países sul-americanos. Para muitos, os Estados Unidos aproveitavam a agenda da luta contra o terror para acertar as contas com velhos rivais do “eixo do mal”, enquanto descuidavam da economia internacional, que vive desde o início do século em recessão.

nos dias que se seguiram ao atentado foi sendo gradualmente desperdiçado. Grande parte da comunidade internacional apoiou a guerra ao terrorismo como uma necessidade urgente, mas numa interpretação distinta da de Washington. Sem dúvida, existia um componente militar imediato e, talvez, indispensável: a derrubada do aberrante regime Talibã no Afeganistão, provável ponto de partida do atentado. Mas, a partir daí, a guerra ao terrorismo deveria contemplar uma agenda mais ampla: política, social, cultural e econômica, e não apenas militar como a administração Bush priorizava.

O Afeganistão foi ocupado, mas jamais pacificado, nem os dirigentes talibãs e da Al Qaeda foram encontrados. As investigações sobre as responsabilidades dos atentados tiveram resultados medíocres e a detenção de jovens talibãs na base de Guantánamo, sem respeito ao Direito Internacional e aos Direitos Humanos, desgastou a imagem dos EUA. O terrorismo continuou ativo, os combates prosseguem no Afeganistão dois anos depois e Washington não conseguiu fazer avançar o processo de paz entre Israel e os palestinos, uma das fontes de legitimação dos grupos terroristas.

O mal-estar também tomou conta dos EUA. Durante o governo Bush os déficits cresceram (só a ocupação do Iraque custa um bilhão por semana), mais de três milhões de empregos foram extintos, as medidas de segurança interna e os procedimentos necessários para a obtenção de visto de entrada criaram enorme desconforto e prejuízos, enquanto as novas leis de caráter conservador acabaram dividindo a opinião pública americana. Além disso, o país se encontra literalmente atolado no Iraque, com custos militares, políticos e econômicos não previstos pelo governo, além dos escândalos sobre a manipulação de falsas informações utilizadas para justificar a guerra, o que atinge igualmente aliados como Tony Blair, da Inglaterra.

Bush é candidato à reeleição e, há três meses, parecia imbatível, mas os problemas se acumulam dia a dia. Além dos resultados pouco promissores acima enumerados e da crescente impopularidade do país no mundo, a oposição de Hollywood e eventos como o “apagão” do nordeste dos EUA geraram um clima sombrio. Assim, a enorme força projetada para fora, volta-se contra os EUA como um boomerang. A população ainda